



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA
MESTRADO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL: ferramenta para análise
criminal e estudos acadêmicos sobre mortes violentas intencionais**

Jefferson Fernando Barbosa

Belém-Pará
2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA
MESTRADO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

JEFFERSON FERNANDO BARBOSA

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL: ferramenta para análise
criminal e estudos acadêmicos sobre mortes violentas intencionais**

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Segurança Pública.

Área de Concentração: Segurança Pública, Justiça, Conflitos e Cidadania

Linha de Pesquisa: Políticas, Gestão, Direitos Humanos, Criminalidade e Tecnologia da Informação.

Orientadora: Profa. Andréa Bittencourt Pires Chaves, Dra.

Belém – Pará
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B238b Barbosa, Jefferson Fernando.
Boletim de ocorrência policial : ferramenta para análise
criminal e estudos acadêmicos sobre mortes violentas intencionais /
Jefferson Fernando Barbosa. — 2021.
xiii, 86 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Andréa Bittencourt Pires Chaves
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Segurança Pública, Belém, 2021.

1. Boletim de ocorrência policial. 2. Registros
administrativos. 3. Dados criminais. 4. Criminalidade violenta.
I. Título.

CDD 312.2

BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL: ferramenta para análise criminal e estudos acadêmicos sobre mortes violentas intencionais

Jefferson Fernando Barbosa

Esta Dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, no Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, área de concentração Segurança Pública, Justiça, Conflitos e Cidadania.

Belém-Pará, 26 de fevereiro de 2021

Profa. Dra. Silvia dos Santos de Almeida
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Andréa Bittencourt Pires Chaves
Universidade Federal do Pará
Orientadora

Profa. M.Sc. Alethea Maria Carolina Sales Bernardo
UniPorto / Polícia Civil do Estado do Pará
Avaliadora

Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos
Universidade Federal do Pará
Avaliador

Prof. Dr. João Márcio Palheta da Silva
Universidade Federal do Pará
Avaliador

Profa. Dra. Maély Ferreira Holanda Ramos
Universidade Federal do Pará
Avaliadora

A meus filhos, Mírian, Victor, Gabriel e Theo,
aos quais quero sempre servir de exemplo.

AGRADECIMENTOS

A Deus e à Nossa Senhora de Nazaré por mais essa bênção.

À Dina Prazeres, companheira de todas as horas, pela paciência e amor a mim dedicados. A recíproca é verdadeira.

Aos colegas da Polícia Civil que têm compartilhado comigo os prazeres e agruras de fazer parte dessa instituição nesses, até agora, 29 anos de serviço na segurança pública.

Aos colegas de trabalho da Divisão de Homicídios-DH e do Núcleo de Inteligência Policial-NIP, que muito me ensinaram sobre os afazeres policiais em suas respectivas áreas de atuação, em especial aos colegas da “DISD”, pela amizade e saberes compartilhados.

Ao Delegado de Polícia Civil Paulo David pela autorização a frequentar as aulas do curso de mestrado.

À Delegada de Polícia Civil Quésia Cabral pelo convite, a fazer parte, uma vez mais, do seletivo grupo de servidores do NIP.

À Escrivã de Polícia Civil Cristina Andrade, pelo auxílio e boas conversas acerca da confecção do boletim de ocorrência policial.

Aos vinte e três colegas da turma de 2019, pela parceria inabalável e pelo compartilhamento de saberes.

À Universidade Federal do Pará, por poder, pela segunda vez, dizer que estudei na “Federal”. É sempre uma honra fazer parte dessa Instituição.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública-PPGSP e aos “meninos” da Secretaria.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública-PPGSP, em especial aos professores das disciplinas por mim cursadas, pelos ensinamentos e pela contribuição na minha formação acadêmica.

Aos membros da banca, M.Sc. Alethea Bernardo, Dr. João Márcio Palheta, Dr. Edson Ramos, Dra. Maély Ramos pelas contribuições a este trabalho.

À minha orientadora Profa. Dra. Andréa Chaves, pela maneira suave e enriquecedora com que conduziu o trabalho de orientação, pela disponibilidade e pela infinita doçura no tratar com seus orientandos.

“Verba volant, scripta manent”.

(Provérbio latino)

RESUMO

BARBOSA, Jefferson Fernando. **Boletim de ocorrência policial: ferramenta para análise criminal e estudos acadêmicos sobre mortes violentas intencionais**. 2021. 86f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil, 2021.

Introdução/importância: O boletim de ocorrência policial, ou registros administrativos, deve servir de base para as estatísticas criminais e de polícia judiciária e nele devem estar contidos dados sobre os crimes, contravenções, autores e quaisquer outras informações que sejam de utilidade para tais estatísticas. As duas principais fontes de dados criminais em âmbito nacional disponibilizam informações de ordem quantitativa sobre a criminalidade violenta, mas mostram pouco qualitativamente. Esse estudo tem sua importância na medida em que analisa os boletins de ocorrência policial, buscando mecanismos eficientes e eficazes na condução da elaboração de dados e informações que possam auxiliar na aplicação de políticas públicas voltadas à coibição e redução da criminalidade, com ênfase nas mortes violentas intencionais e, no âmbito acadêmico, boletins de ocorrência policial mais bem qualificados e padronizados podem ser mais úteis como fonte de dados para estudos e pesquisas de fenômenos relacionados à violência letal. **Objetivo:** Analisar os boletins de ocorrência policial como ferramenta eficaz aliada à análise criminal e a estudos acadêmicos sobre mortes violentas intencionais. **Método:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de caráter descritivo com abordagem de natureza quali-quantitativa. Na pesquisa bibliográfica e documental buscou-se compilar os estudos que tem por base a análise do boletim de ocorrência policial como fonte de dados, por meio de uma revisão integrativa, para identificar as características que lhe conferem completude e confiabilidade, tanto para a análise criminal quanto para as pesquisas científicas sobre a criminalidade. Na pesquisa descritiva fez-se uma análise de mortes violentas ocorridas no ano de 2019, cujas vítimas foram policiais militares do Estado do Pará. Essa análise foi feita a partir do banco de dados disponibilizado pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC) e dados coletados junto à Delegacia Homicídios de Agentes Públicos da Polícia Civil (DHAP). **Resultados:** O estudo descritivo mostrou que as vítimas eram da classe de praças, que compreende os postos de soldado a subtenente, o que sugere a maior vulnerabilidade e vitimização a que está submetida essa parcela de policiais militares. A pesquisa documental, por sua vez, selecionou sete estudos científicos, num rol de 225 artigos, buscados por meio de palavras-chave nos portais Scielo e Capes. **Conclusões:** A pesquisa permitiu constatar que há falta de qualidade no tocante à confiabilidade e completude dos dados e que o boletim de ocorrência, por si só, não dá conta de responder às necessidades que as análises sobre a criminalidade demandam. Por outro lado, neste estudo verificou-se que a falta de qualidade dos dados criminais pode ser atenuada a partir da comparação de duas ou mais fontes de dados, bem como pela integração das fontes.

Palavras-chave: Boletim de ocorrência policial; Registros administrativos; Criminalidade violenta; Dados criminais.

ABSTRACT

BARBOSA, Jefferson Fernando. **Police report: tool for criminal analysis and academic studies on intentional violent deaths**. 2021. 86p. Thesis (master's in public security). Institute of Philosophy and Human Sciences, Federal University of Pará, Belém, Pará, Brazil, 2021.

Introduction/importance: The police reports, or administrative records, must serve as a basis for criminal and judicial police statistics and it must contain data on crimes, misdemeanors, perpetrators and any other information that is useful for such statistics. The two main sources of crime data at the national level provide quantitative information on violent criminality, but show little qualitatively. This study has its importance in that it analyzes the BOPs, looking for efficient and effective mechanisms in conducting the elaboration of data and information that can assist in the application of public policies aimed at restraining and reducing crime, with an emphasis on intentional and violent deaths. In the academic field, better qualified and standardized BOPs may be more useful as a source of data for studies and research on phenomena related to lethal violence. **Objective:** To analyze police reports as an effective tool combined with criminal analysis and academic studies on intentional violent deaths. **Method:** This is a bibliographic and documentary research, descriptive character with a qualitative and quantitative approach. The bibliographic and documentary research sought to compile the studies that are based on the analysis of the police report as a data source, through an integrative review, to identify the characteristics that give it completeness and reliability, both for criminal analysis as for scientific research on crime. In the descriptive research, an analysis was made of violent deaths that occurred in 2019, whose victims were military police officers from the State of Pará. This analysis was made using the database provided by the Assistant Secretariat for Intelligence and Criminal Analysis (SIAC) and data collected from the Homicide of Public Agents of the Civil Police (DHAP). **Results:** The descriptive study showed that the victims were from the squares class, which comprises the positions of soldier to lieutenant, which suggests the greatest vulnerability and victimization to which this portion of military police is subjected. Documentary research, in turn, selected seven scientific studies from a list of 225 articles, searched for using keywords in the Scielo and Capes portals. **Conclusions:** The study showed that there is a lack of quality with regard to the reliability and completeness of the data and that the police report, by itself, is not able to respond to the needs that the analysis of crime demands. On the other hand, in this study it was found that the lack of quality of criminal data can be mitigated by comparing two or more sources of data, as well as by integrating the sources.

Key words: Police report; Administrative records; Violent crime; Criminal data.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

CAPÍTULO 1

Figura 1 - Estrutura da organização dos objetivos da pesquisa e seus respectivos artigos e produtos resultantes	18
Figura 2 - Partes integrantes e dados constantes do Boletim de Ocorrência Policial (BOP) impresso, Pará, 2019.....	20
Figura 3 - Municípios da Região Metropolitana de Belém e respectivas Regiões Integradas de Segurança Pública, Pará, 2020.	30

CAPÍTULO 2

ARTIGO 1

Figura 1 - Fluxograma do processo de busca e seleção de artigos a serem incluídos no estudo.....	36
Quadro 1 - Distribuição das palavras-chave por categoria.....	37
Quadro 2 - Classificação dos periódicos no Qualis e no SJR por ano de publicação do artigo.....	38

ARTIGO 2

Figura 1 - Distribuição espacial das mortes de policiais militares por RISP no Estado do Pará em 2019.....	56
Gráfico 1 - Quantidade de policiais vitimados por ano no Brasil - 2013 a 2017.....	46
Gráfico 2 - Quantidade e percentual acumulado de policiais militares mortos no Estado do Pará por local do fato em 2019.....	51
Gráfico 3 - Quantidade e percentual de policiais militares mortos no Estado do Pará por tipo de registro em 2019.....	52
Gráfico 4 - Percentual de policiais militares mortos no Estado do Pará por graduação/posto do militar-2019.....	53
Gráfico 5 – Percentual de policiais militares mortos no Estado do Pará por situação do militar em 2019.....	55
Tabela 1 - Quantidade e percentual de policiais militares mortos no Estado do Pará em 2019.....	50

Tabela 2 - Quantidade e percentual de policiais militares mortos no Estado do Pará por faixa etária em 2019.....	52
Tabela 3 - Quantidade e percentual de policiais militares mortos no estado do Pará por mês em 2019.....	54

CAPÍTULO 3

Figura 4 - Tela inicial do dashboard com os menus de interação disponíveis ao usuário.....	69
Mapa 1 - Unidades da Polícia Civil do Pará na Região Metropolitana de Belém - RMB (1ª e 2ª RISP) em 2021.	65
Mapa 2 - Unidades da Polícia Civil do Pará vinculadas à Diretoria de Polícia Metropolitana, na Região Metropolitana de Belém - RMB (1ª e 2ª RISP), em 2021.....	66
Mapa 3 - Mapa 3 - Unidades da Polícia Civil do Pará vinculadas às Diretorias DPE, DAV e DECOR, na Região Metropolitana de Belém - RMB (1ª e 2ª RISP), em 2021.	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BOP - Boletim de Ocorrência Policial
- DIME - Diretoria de Informática, Manutenção e Estatística
- DO - Declaração de Óbito
- FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública
- Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MIAE - Morte por Intervenção de Agente do Estado
- MVI - Morte Violenta Intencional
- PRODEPA - Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará
- RISP - Região Integrada de Segurança Pública
- RMB - Região Metropolitana de Belém
- SEGUP - Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará
- Senasp - Secretaria Nacional de Segurança Pública
- SIAC - Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal
- SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade
- Sinesp - Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública
- Sinesp PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos
- SinespJC - Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal
- SISP WEB - Sistema Integrado de Segurança Pública
- UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS	14
1.1 Introdução	14
1.1.1 Fontes nacionais de dados	14
1.1.2 Conceituando o boletim de ocorrência policial - BOP	16
1.1.3 Síntese da pesquisa	18
1.2 Justificativa e importância da pesquisa	19
1.3 Problema de pesquisa	19
1.4 Objetivos.....	22
1.4.1 Objetivo geral	22
1.4.2 Objetivos específicos	22
1.5 Revisão da literatura	22
1.5.1 Análise criminal.....	23
1.5.2 Mortes violentas intencionais e estudos acadêmicos.....	24
1.6 Método.....	28
1.6.1 Natureza da pesquisa	28
1.6.2 Locus da pesquisa	29
1.6.3 Fontes de dados.....	31
1.6.4 Procedimentos de coleta	31
1.6.5 Análise de dados	32
CAPÍTULO 2 - ARTIGOS CIENTÍFICOS	33
2.1 Artigo 1 - O boletim de ocorrência policial como fonte de dados para estudos sobre criminalidade	33
2.2 Artigo 2 - Vitimização de policiais militares no estado do Pará (Brasil) em 2019	43
CAPÍTULO 3 – PRODUTOS E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO	61
3.1 Produtos.....	61
3.1.1 Modelo de Boletim de Ocorrência Policial.....	61
3.1.2 Mapeamento das unidades policiais na RMB (1ª e 2ª RISP).....	64
3.1.3 Painel de localização das unidades da Polícia Civil do Pará na RMB (1ª e 2ª RISP) ..	68
3.2 Propostas de intervenção	70
CAPÍTULO 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	71
4.1 Considerações finais	71
4.2 Recomendações para trabalhos futuros	73
REFERÊNCIAS	74

ANEXOS	78
ANEXO A – Ofício encaminhado à SIAC, solicitando o banco de dados.....	78
ANEXO B – Normas da Revista International Journal of Development Research	79
ANEXO C – Normas da Revista Research, Society and Development	83
ANEXO D – Comprovante de publicação do Artigo 2	86

CAPÍTULO 1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1 Introdução

As mortes violentas intencionais - MVI, categoria que corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais, tais como as perpetradas nos casos de feminicídios e de homicídios contra pessoas de grupos vulneráveis, praticados majoritariamente com o uso de arma de fogo, são frequentemente usadas em análises estatísticas e têm servido como um dos principais indicadores do nível de criminalidade no Brasil (IPEA-FBSP, 2020).

As MVI são também um dos temas tratados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicação anual do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, que aborda, entre outros, a disponibilidade de armas de fogo, a violência contra negros, mulheres e população LGBTI+, crimes violentos contra o patrimônio e os gastos com políticas de segurança pública (FBSP, 2020).

Guardadas as particularidades inerentes a cada uma das referidas publicações, ambas têm em comum o uso de bases de dados disponibilizadas por meio de tabelas em planilhas eletrônicas, com totais agregados, muitas vezes resultantes de uma primeira análise realizada pelos setores responsáveis tanto no Ministério da Saúde quanto nas secretarias de segurança pública, uma vez que aquele têm como fonte primária os dados das declarações de óbito (DO) inseridos no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM/MS) e estas, os boletins de ocorrência policial - BOP, registrados nas delegacias de polícia (IPEA-FBSP, 2020).

1.1.1 Fontes nacionais de dados

Nacionalmente, os dados para análise da criminalidade advêm basicamente de duas fontes: do Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM, do Ministério da Saúde, e das bases disponibilizadas pelas secretarias estaduais de segurança pública, cujos dados são compilados no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas - Sinesp, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (BRASIL, 2012).

O SIM tem sua fonte primária nas declarações de óbitos registradas nos cartórios e enviadas ao Ministério da Saúde. Esse sistema de informações teve início no ano de 1979 e, de

forma informatizada, foi implementado gradualmente em todo o território nacional a partir de 1994 (IPEA; FBSP, 2020). O preenchimento da Declaração de Óbito (DO), padronizada e distribuída pelo Ministério da Saúde, é feito pelo médico que atendeu o caso ou, na ausência deste, por duas pessoas qualificadas que tenham presenciado a morte. Além do número e do tipo de óbito - fetal/não fetal, as DOs dispõem de informações sobre a pessoa que morreu (local e data de nascimento, sexo, idade, raça/cor, estado civil, escolaridade, ocupação e município de residência), sobre o óbito (data, local, estabelecimento e município) e sobre a causa primária e prováveis circunstâncias de morte não natural, das quais importam para os estudos sobre mortes violentas intencionais os óbitos por causas externas, no subitem agressões (IBGE, 2020).

O Sinesp, por sua vez, é alimentado pelas secretarias de segurança pública das unidades federativas e do Distrito Federal, a partir dos registros em boletins de ocorrência policial. Esse sistema tem sua origem no ano de 2004 com a implantação do Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal (SinespJC), cuja plataforma era *desktop* e contava com dados agregados dos boletins de ocorrência registrados nos estados e no Distrito Federal. No ano de 2010, o SinespJC converte-se em versão *WEB* e os dados passam a ser coletados mensalmente por meio de formulários eletrônicos disponibilizados após consolidação feita pelos gestores estaduais do Sinesp (BRASIL, 2014).

Com o objetivo de se conseguir uma coleta automatizada de dados e a integração dos sistemas estaduais, o Sinesp passou a vigorar por meio da Lei Nº 12.681/12 (BRASIL, 2012) e, em 2014, foi implementada a coleta de dados de registros de ocorrência em tempo real no Sinesp PPE (Procedimentos Policiais Eletrônicos), no estado de Roraima, que ainda não possuía um sistema informatizado para o registro de ocorrências.

Para as unidades federativas que optaram por fazer uso do próprio sistema de informação, como é o caso do Estado do Pará, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) disponibilizou o Sinesp Integração. A partir de alguns ajustes de ordem técnica, os sistemas estaduais se integrariam e esse sistema federal, encaminhando automaticamente os dados locais para a base de dados nacional. Importante salientar que os dados coletados pelo Sinesp, diretamente pelo PPE ou indiretamente via Sinesp Integração, referem-se ao total de ocorrências, total de vítimas de estupro, furto de veículos, roubo à instituição financeira, roubo de carga, roubo de veículos, homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte (BRASIL, 2020).

1.1.2 Conceituando o boletim de ocorrência policial - BOP

O BOP é um documento oficial por meio do qual se faz o registro de um fato, delituoso ou não, pormenorizando as informações sobre o fato relatado, levando-o ao conhecimento do Estado para que este tome as medidas cabíveis que o caso específico requeira, conforme previsto no Art. 5, § 3º, do Código de Processo Penal, sendo uma das formas pelas quais se pode instaurar um inquérito policial (BRASIL, 1941a), e deve ser entendido como a materialização de um Ato Administrativo, posto que nele estão contidos os princípios da competência, finalidade, forma e objeto, requisitos necessários para tal (SERRANO, 2017).

O Artigo 1º do Decreto-Lei Nº3.992, de 30 de dezembro de 1941, dispunha que o boletim deve servir de base para as estatísticas criminais e de polícia judiciária e que nele devem estar contidos dados sobre os crimes, contravenções, autores e quaisquer outras informações que sejam de utilidade para tais estatísticas (BRASIL, 1941b).

Esse mesmo documento trazia em anexo um modelo de boletim com campos a serem preenchidos cujos dados se referiam ao local e data provável do fato; se o delito ocorrera de dia ou de noite; meio empregado e motivos presumíveis. Quanto à vítima e ao autor, deveriam ser preenchidos dados como nome; filiação; sexo; data de nascimento; estado civil; naturalidade; nacionalidade; endereço; nível de instrução; se tinha filhos; se, ao cometer o delito estava alcoolizado ou sob a ação de entorpecentes; se já tinha antecedentes criminais, entre outros (BRASIL, 1941c).

No âmbito da gestão da segurança pública, dentre outros usos, os BOPs têm importância na elaboração de relatórios e análises criminais que propiciem diagnósticos sobre a distribuição espacial, padrões e tendências de delitos cometidos e, a partir desses relatórios, a elaboração de planos e ações voltadas para a prevenção e a repressão qualificada da criminalidade. Para além do campo jurídico e administrativo, é importante salientar que os boletins de ocorrência, têm sido tomados como fonte de dados para estudos acadêmicos (HAGEN; GRIZA, 2011; ENGEL et al., 2015; REMÉDIOS, 2013).

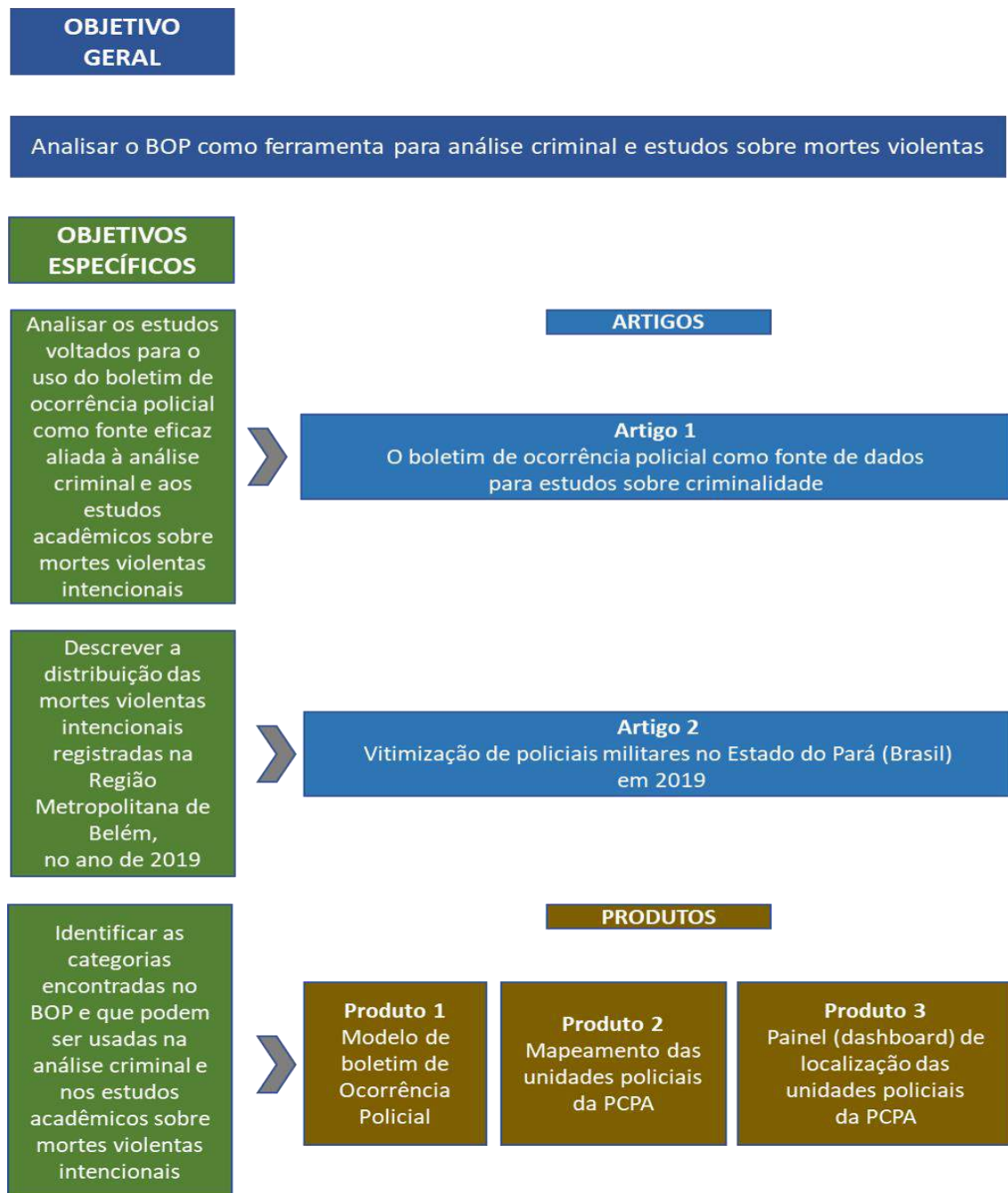
No que se refere às MVI, as pesquisas realizadas procuram estabelecer vínculos relacionais e/ou causais entre os crimes registrados e alguns indicadores sociais, apontando que isso se dá de forma complexa e multifacetada. Por outro lado, as constatações desses estudos é de que as vítimas desse tipo de violência são, principalmente, homens negros, jovens e pobres (ZALUAR; NORONHA; ALBUQUERQUE, 1994; ADORNO, 2002; CERQUEIRA, 2014; CORRÊA; LOBO, 2019).

Não obstante a diversidade de abordagens acerca do fenômeno da violência letal, tais análises e discussões só se tornam factíveis a partir de dados confiáveis e disponíveis. Entretanto, é exatamente da falta de confiabilidade e disponibilidade dos dados que se ressentem os pesquisadores (GAWRYSZEWSKI et al., 2005; BATITUCCI, 2007; SILVEIRA JUNIOR, 2013). As condições ótimas de qualificação e completude do BOP não são encontradas, uma vez que estes são incompletos, seja para um bom diagnóstico dos padrões e tendências criminais seja para a aferição e avaliação da eficiência e eficácia das políticas públicas na área da segurança, tomadas pelos gestores responsáveis (ROLIM, 2006; DURANTE, 2009; SILVEIRA JUNIOR, 2013).

1.1.3 Síntese da pesquisa

A Resolução Nº 001/2020-PPGSP estabelece um modelo de Dissertação cuja estrutura deve apresentar quatro capítulos, estando os capítulos três e quatro voltados, respectivamente, para a apresentação de artigos científicos e produtos. Assim, a partir dos objetivos propostos, este trabalho tem sua estrutura sintetizada conforme Figura 1.

Figura 1 - Estrutura da organização dos objetivos da pesquisa e seus respectivos artigos e produtos resultantes



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

1.2 Justificativa e importância da pesquisa

Como visto na Seção 1.1.1, as duas principais fontes de dados em âmbito nacional disponibilizam informações de ordem quantitativa, mas mostram pouco qualitativamente. Em geral, as informações qualitativas são extraídas dos relatos, parte específica do boletim de ocorrência onde são descritas mais pormenorizadamente as circunstâncias em que ocorreram o fato (PARÁ, 2014).

Em havendo suspeita ou conhecimento sobre o autor do fato, é possível, também no relato, encontrar dados sobre a relação que esse autor mantinha com a vítima, se há graus de parentesco ou relação íntima entre ambos e demais informações que possam ser úteis para a investigação criminal que cada caso requer. Assim, o BOP estará tanto mais completo e qualificado quanto mais informações puderem ser dele extraídas (PARÁ, 2014).

Nesse sentido, este estudo se justificativa da seguinte forma: no âmbito acadêmico, BOPs mais bem qualificados e padronizados podem ser mais úteis como fonte de dados para estudos e pesquisas de fenômenos relacionados à violência letal; no campo da profissão ligada à segurança pública, este trabalho tem sua importância na medida em que analisa os BOPs, buscando mecanismos eficientes e eficazes na condução da elaboração de dados e informações que possam auxiliar na aplicação de políticas públicas voltadas à coibição e redução da criminalidade, com ênfase nas mortes violentas intencionais; e desta deriva, em certa medida, a contribuição no campo social, uma vez que a redução e coibição da violência letal podem ser vistas como um ganho para a sociedade como um todo.

1.3 Problema de pesquisa

No estado do Pará, os boletins de ocorrência são registrados no Sistema Integrado de Segurança Pública - SISP WEB, disponível em sua versão *on-line*, com acesso por meio de login e senha. Faz parte, junto com outros sistemas, da plataforma Governo Digital, operacionalizada pela Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará - PRODEPA.

O SISP WEB é o sistema utilizado nas unidades policiais para a elaboração do boletim de ocorrência de forma presencial, isto é, quando o cidadão se dirige até uma delegacia para efetuar o registro. Além das delegacias de polícia, o boletim pode ser registrado ainda nas unidades policiais presentes nos três hospitais de pronto-socorro da Região Metropolitana de Belém (RMB), para os casos em que a vítima vai a óbito nesses nosocômios. Uma terceira

forma de realizar o registro é, virtualmente, usando a *Internet*. Nesse caso há uma pequena quantidade de casos sobre os quais se pode fazer o BOP.¹

Entretanto, o SISP WEB não se presta tão somente ao registro do boletim. Ele serve também para a instauração do inquérito policial e elaboração das peças que o compõem. Dentro desse contexto, o sistema é usado como repositório, posto que aí são inseridos dados relacionados a pessoas envolvidas na ocorrência registrada, objetos apreendidos, fotos de vítimas e suspeitos, coordenadas geográficas do local de crime, relatórios de investigação, laudos periciais, dentre outros documentos pertinentes (PARÁ, 2014).

No que se refere ao documento impresso extraído do sistema, uma análise visual do BOP permite caracterizá-lo e dividi-lo em duas partes principais, aqui nomeadas aprioristicamente “identificação” e “relato”. Ao final do documento há um espaço para assinatura do relator e do servidor público responsável por sua elaboração, geralmente um escrivão ou delegado de polícia. A Figura 1 mostra um resumo dos dados constantes no boletim de ocorrência presencial, após gerado no sistema.

Figura 2 - Partes integrantes e dados constantes do Boletim de Ocorrência Policial (BOP) impresso, Pará, 2019.



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de um boletim de ocorrência impresso (SISP WEB), 2021.

¹ A ocorrência virtual pode ser feita acessando o sítio <http://www.delegaciavirtual.pa.gov.br/> e é possível efetuar os seguintes registros: perda/extravio de documento ou objeto, furto, roubo, acidente de trânsito sem vítimas, ameaça, injúria, calúnia, difamação, crimes contra as relações de consumo, perturbação da tranquilidade, invasão de dispositivo informático, estelionato, falso alarme e falsa identidade.

A identificação do BOP é preenchida por meio de campos preexistentes no sistema informatizado e nela é possível visualizar três partes distintas, a saber: (i) a primeira traz o nome da unidade policial, o número do BOP, além da data e hora do registro. Em seguida, (ii) aparecem o nome da autoridade policial, do registrador do BOP e a qualificação do relator da ocorrência, cujos dados são: nome, tipo de relator, documento, endereço e contato (número de telefone). Por fim, (iii) a identificação da ocorrência faz referência ao fato registrado, limitando-se aos seguintes dados: tipo penal, data e hora, local e endereço (PARÁ, 2014).

O relato, por sua vez, é preenchido livremente não havendo campos para seleção ou inserção de dados. Como o próprio nome indica, o preenchimento se dá a partir daquilo que é informado pelo relator ao encarregado da elaboração do BOP, geralmente um escrivão de polícia. É no relato que podem ser descritas as circunstâncias em que o fato ocorreu, dados da(s) vítima(s) e do(s) autor(es), qual a relação entre ambos, possíveis motivações e demais informações que se mostrarem relevantes e necessárias para as providências a serem tomadas no inquérito policial, a fim de se buscar materialização e autoria do fato registrado (PARÁ, 2014).

Num estudo específico sobre violência doméstica contra a mulher e o cumprimento de medidas protetivas de urgência, Bernardo (2019, p.70-71) descreve quatro categorias encontradas na parte de relato dos BOPs: “qualificação, relato, textual e encaminhamento”. Nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher - DEAM, há um modelo pré-estabelecido de preenchimento que deve ser usado em todos os registros de ocorrência.

Para além do BOP registrado pela Polícia Civil, há outros documentos que podem ser fonte de informação acerca dos crimes violentos no Estado do Pará. Dentro de sua área de atuação como responsável pelo policiamento ostensivo, a Polícia Militar também faz seu próprio registro de atendimento por meio do Boletim de Atendimento Policial Militar - BAPM, nomenclatura usada para o formulário em que se registra a atividade de atendimento realizada pelo policial militar, seja por iniciativa própria ou solicitação de um transeunte. Antes realizado em folhas de papel, o BAPM é, atualmente, registrado por meio de um aplicativo móvel denominado Boletim de Atendimento Policial Militar Digital - BAPM Digital, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão Policial da Polícia Militar do Pará (PARÁ, 2019).

O Centro de Perícias Científicas Renato Chaves - CPCRC é outro órgão oficial vinculado à Secretaria de Segurança e Defesa Social do Estado do Pará no qual se pode obter dados sobre mortes violentas. A esse respeito, Vilaça (2016) fez uma descrição do perfil socioeconômico das vítimas de homicídios registrados em Belém do Pará no período de 2011

a 2013 e, para tanto, usou como fonte o banco de dados do Instituto Médico Legal do CPCRC, cujos registros cadavéricos incluíam, dentre outros documentos, as declarações de óbito.

Apesar da importância crucial do relato do BOP para a análise criminal, os dados constantes do documento impresso não contemplam o conjunto de informações que podem ser geradas e extraídas, a partir da inserção do registro no sistema, sendo muitas vezes desconexas, quando não ausentes. Diante desse descompasso entre os dados gerados no SISP WEB e as informações extraídas no BOP impresso apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: de que maneira o boletim de ocorrência policial pode ser usado como ferramenta aliada à análise criminal e a estudos acadêmicos sobre mortes violentas intencionais?

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral

Analisar os boletins de ocorrência policial como ferramenta eficaz aliada à análise criminal e aos estudos acadêmicos sobre mortes violentas intencionais.

1.4.2 Objetivos específicos

(i) Analisar os estudos voltados para o uso do boletim de ocorrência policial como fonte de dados, para identificar as características que lhe conferem completude e confiabilidade;

(ii) Descrever a distribuição das mortes violentas intencionais registradas na Região Metropolitana de Belém, no ano de 2019;

(iii) Identificar as categorias encontradas no BOP e que podem ser usadas na análise criminal e nos estudos acadêmicos sobre mortes violentas intencionais.

1.5 Revisão da literatura

A revisão de literatura não deve ser vista como uma análise anterior à pesquisa, mas como parte integrante desta. É justamente com esse levantamento inicial e exploratório que se torna possível sondar o que já tem sido pesquisado, quais as abordagens sobre o objeto de estudo, além de se vislumbrar as principais contribuições teórico-metodológicas sobre o tema em questão (LOUREIRO, 2019).

Como visto na Seção 1.1, a categoria mortes violentas intencionais (MVI) engloba o homicídio, o latrocínio, a lesão corporal seguida de morte, bem como as mortes causadas por intervenção policial. Esta seção trata da descrição dos trabalhos já produzidos acerca do tema proposto, para o estabelecimento de uma linha teórico-metodológica de pesquisa. De maneira contributiva, a Seção 2.1 apresenta um artigo de revisão integrativa da literatura acerca desse mesmo tema.

1.5.1 Análise criminal

A análise criminal é o estudo quantitativo e qualitativo das informações de segurança pública, mormente sobre a criminalidade, combinadas com fatores sociodemográficos e geoespaciais, no intuito de prevenir crimes, reduzir desordens, prender criminosos e avaliar procedimentos organizacionais² (BOBA, 2001). Dito de outra forma, a análise criminal se propõe à identificação de padrões e tendências da criminalidade, agregando conhecimentos vinculados à estatística, à tecnologia da informação, aos bancos de dados e ao geoprocessamento, dentre outros. Assim, pode-se conceituar análise criminal como

[...] um conjunto de processos sistemáticos para o provimento de informação oportuna e pertinente acerca dos padrões de criminais e suas correlações de tendência, no sentido de dar apoio às áreas operacional e administrativa no planejamento e alocação de recursos para a prevenção e repressão das atividades criminais e no processo de investigação, aumentando o número de prisões e elucidação de crimes.³ (GRASSIE et al., 1977 apud GOTTLIEB; ARENBERG, 1991, p. 12).

As duas definições são complementares e, a partir delas, são estabelecidos pelo menos três tipos de análise criminal, de acordo com os objetivos a que se propõem: *(i)* a análise criminal tática, que se ocupa da identificação de tendências criminosas mais imediatas em um dado local e período, para uma resposta adequada em curto prazo; ao contrário a *(ii)* análise criminal estratégica deve produzir conhecimento para que se planeje ações de médio e longo prazo; por sua vez a *(iii)* análise criminal administrativa se ocupa de levar ao conhecimento dos gestores informações pertinentes de ordem mais genéricas, tais como econômica, social e

² Tradução livre do texto original em inglês: “The qualitative and quantitative study of crime and law enforcement information in combination with socio-demographic and spatial factors to apprehend criminals, prevent crime, reduce disorder, and evaluate organizational procedures.”

³ Tradução livre do texto original em inglês: “... a set of systematic processes directed at providing timely and pertinent information relative to crime patterns and trend correlations to assist operational and administrative personnel in planning the deployment of resources for the prevention and suppression of criminal activities, aiding the investigative process, and increasing apprehensions and the clearance of cases.”

cultural que podem ter alguma influência sobre a segurança pública (GOTTLIEB; ARENBERG, 1991).

Boba (2001) e Ferro Júnior (2008) agregam a estes outros dois tipos: (i) a análise criminal de inteligência, voltada para as atividades de organizações criminosas, no intuito de estabelecer vínculos entre pessoas e eventos, e a (ii) análise criminal investigativa, que se refere à busca por padrões de *modus operandi* nos locais de crime, nos perfis das vítimas e em suas características sociodemográficas, para estabelecer vínculos entre crimes em série.

Independentemente do tipo de análise que esteja sendo usado, os envolvidos com essa tarefa necessitam dispor de dados, muitas vezes de grande monta, para lograr êxito na execução de suas atividades. Uma vez mais, salienta-se aqui a importância que os boletins de ocorrência assumem nesse contexto, pois são a fonte primária de análise, embora não a única, para a elaboração dos relatórios sobre a criminalidade.

A atividade de análise criminal é exercida, na maioria das vezes, num setor específico vinculado às secretarias de segurança pública e pode contar com servidores das próprias forças de segurança, como policiais civis e militares, mas também com profissionais das áreas da tecnologia da informação, estatística e geoprocessamento, criminologia e administração, dentre outros, os quais emprestam a *expertise* de suas áreas do conhecimento na coleta, organização e análise dos dados, na elaboração e disseminação dos relatórios (DANTAS; SOUZA, 2004)

1.5.2 Mortes violentas intencionais e estudos acadêmicos

A violência, de maneira mais ampla, e a violência letal, de forma mais específica, tem sido tema de estudos nas últimas décadas (CERQUEIRA, 2014). As pesquisas apresentadas mostram que esse tema vem sendo debatido por especialistas de diferentes áreas do conhecimento. Nesse sentido, verifica-se a inserção desse tema em trabalhos que tratam do assunto nas áreas das ciências sociais, geografia, economia, saúde, entre outros.

Na área da saúde, Sousa et al. (2018, p. 923) realizam um estudo de revisão bibliográfica crítica que trata dos trabalhos referentes à associação entre homicídios e indicadores sociais, destacando que se trata de uma “abordagem multifatorial e de causalidade complexa”. Após leitura e análise dos textos, os autores apontam algumas dificuldades enfrentadas pelos trabalhos pesquisados. Eles informam que, devido à complexidade do tema dos homicídios, alguns estudos esbarram em uma série de limitações metodológicas e

conceituais, bem como são prejudicados pela falta de informações de livre acesso disponíveis nas bases de dados secundárias (SOUSA et al., 2018, p. 915).

Os estudos realizados sobre as mortes violentas procuram, de forma geral, estabelecer vínculos relacionais e/ou causais entre indicadores sociais, bem como com outras variáveis tais como urbanização, tráfico de drogas, disponibilidade de armas de fogo, criminalidade organizada e disputas por território. Esta complexa e multifacetada relação de vínculos causais é assim exposta por Cerqueira (2014, p. 24-25):

Os homicídios podem ser causados por diversos fatores presentes em diferentes instâncias. (...) Os conflitos interpessoais e o uso da violência letal podem ser largamente influenciados pela presença de fatores criminógenos como armas e drogas psicotrópicas. Condicionando as ações dos indivíduos, há os elementos estruturais de ordem social, econômica e demográfica, como renda, desigualdade socioeconômica, adensamento populacional e estrutura etária.

Sampó (2018) argumenta que o aumento da violência nas regiões Norte e Nordeste do Brasil vincula-se, predominantemente, à disputa pelo controle do tráfico de drogas, enfatizando que o Brasil deixou de ser apenas um país de trânsito da droga para se transformar no segundo maior consumidor mundial de drogas. No mesmo estudo, a autora chama a atenção para outros dois aspectos fortemente relacionados ao tráfico que contribuem para o aumento da violência, quais sejam, as favelas e os presídios que servem, segundo ela, como espaços de recrutamento de novos membros às organizações criminosas:

Brasil ha pasado de ser un país de tránsito de droga, para convertirse en el segundo consumidor mundial en términos absolutos. Aunque el consumo se ha expandido hacia todos los estratos sociales, el tráfico de drogas suele relacionarse con los más bajos, concentrados en las favelas(...). Esas favelas son enclaves territoriales de las organizaciones criminales brasileras, en conjunto con los presidios que han actuado como espacios de reclutamiento de nuevos miembros e incluso han contribuido a su expansión territorial – como resultado de la fallida estrategia gubernamental de alejar geográficamente a los líderes de las organizaciones criminales más poderosas (SAMPÓ, 2018, p. 3).

Sampó (2018) argumenta ainda que uma das consequências do uso da violência letal é o avanço da criminalidade organizada em todos os âmbitos da sociedade, em razão de suas disputas por território:

La violencia y la amenaza de su uso, posibilitan el avance del crimen organizado en todos los âmbitos de la sociedad. En consecuencia, como veremos más adelante, la violencia termina penetrando todas las relaciones sociales, incluidas las que se desarrollan entre distintas organizaciones criminales. En este sentido, vale aclarar que no todos los países latinoamericanos sufren la violencia de igual manera. Por el contrario, muchos de ellos –Argentina, Chile, Bolivia y Perú, por ejemplo – tienen tasas de homicidios muy bajas, sin que eso obedezca a la inexistencia del crimen organizado. En realidad, los números relativos a estos indicadores se deben a que no

existe una disputa abierta entre las complejas redes criminales que actúan en sus territorios (SAMPÓ, 2018, p. 5).

No que se refere ao tráfico de drogas e à disputa territorial nas favelas, essa linha coaduna-se com o pensamento de Valverde (2013), para quem existem dois modelos de exercício de dominação do território: o “cartelizado” e o “pulverizado”. Nas favelas, predominaria este segundo tipo. O que se pode verificar é que a dicotomia entre esses dois tipos de território consubstancia, por assim dizer, a menor ou maior necessidade de uso da violência. O modelo pulverizado ou à varejo é o que predomina em territórios favelizados. Ainda no que concerne ao tráfico de drogas e sua relação com a violência letal, há de ser inserido nesse contexto o maior ou menor grau de corrupção a ele vinculado, conforme se verifica em Cerqueira (2014, p. 30):

Por outro lado, para que o negócio de drogas ilícitas continue operando, muitas vezes, a renda aí gerada é compartilhada com agentes do próprio sistema de justiça criminal, no pagamento de propinas. Com a corrupção dominando segmentos policiais, a produtividade do trabalho de polícia fica comprometida, fazendo com que as taxas de aprisionamento e de elucidação de crimes se tornem ainda menores, o que estimula os demais segmentos criminais.

Uma outra face da violência letal submerge do interior desses demais segmentos criminais: os grupos de extermínio. O aprofundamento teórico acerca desses grupos é tratado por Ratton e Alencar (2009, p. 92), a partir do conceito weberiano de “monopólio do uso legítimo da força”:

Monopolio de la violencia es una expresión común generalmente utilizada para identificar una tendencia en la capacidad de las organizaciones estatales a ejercer el pleno uso de la fuerza en determinada sociedad. Tal interpretación remite a la famosa definición weberiana del Estado como una institución que obtuvo su éxito al ejercer el uso legítimo de la fuerza, dentro de un determinado territorio, y está relacionada también con un debate sobre un conjunto de fenómenos sociales de formación del Estado desde el inicio del período moderno.

O exercício do poder pelo uso da violência e o controle do território trazem consigo um terceiro elemento, não menos importante para a discussão acerca da violência letal: a disponibilidade de armas de fogo. Análises dos registros oficiais têm demonstrado que globalmente as mortes violentas por armas de fogo representam cerca de 54% do total (UNODC, 2019, p. 77).

Discussões sobre causas dos homicídios e fatores de risco a eles associados são apresentadas pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC, 2019) e Cerqueira (2014). Esses fatores determinantes foram condensados em publicação da Senasp,

sendo divididos em quatro macrocausas principais: gangues e drogas, violência interpessoal, violência doméstica e violência patrimonial. Neste trabalho, a disponibilidade de armas de fogo é inserida como um fator transversal no contexto da violência letal (ENGEL et al., 2015, p. 15-16).

Em publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), os autores salientam que, para que existam políticas efetivas de segurança pública, é necessário, dentre outros fatores, organização da gestão da segurança pública “com base no método científico e nas evidências empíricas, isto é, baseada em dados precisos e diagnósticos locais das dinâmicas criminais e sociais.” (IPEA-FBSP, 2018, p. 6).

Estudo sobre homicídios na cidade de São Paulo fez uso de dados do SIM, apresentando argumentos acerca dos ganhos da integração com dados dos laudos de necropsia e boletins de ocorrência policial, sendo que os dois últimos tiveram função complementar e possibilitaram a análise de variáveis como data e hora da ocorrência e classificação jurídica das mortes (GAWRYSZEWSKI et al., 2005).

Peres et al. (2008), ao analisarem os homicídios ocorridos na cidade de São Paulo em 2000, verificaram que os bairros com as maiores taxas de homicídios caracterizavam-se também por ter proporções de analfabetos acima de 15 anos muito superiores à média. Segundo esses autores, a desigualdade no acesso a bens e serviços públicos – como educação, saúde e segurança – se soma a práticas de injustiça e discriminação na composição de um cenário de exclusão, que, por sua vez, sustenta o ciclo da violência.

Segundo eles, diferentes análises apontam que não é a pobreza o fator explicativo preponderante para altos índices de homicídio, mas sim a “combinação de desvantagens sociais que caracterizam as áreas periféricas” (PERES et al., 2008, p. 274). Essa linha de pensamento é corroborada por Barata, Ribeiro e Sordi (2008) para os quais a pobreza em si não parece explicar as taxas de homicídio, mas as desigualdades sociais, sim. Ainda sob esse aspecto, discutindo a produção do espaço e a dinâmica do território, Chagas et al. (2013, p. 3) afirmam que:

O território da violência se manifesta sobre a territorialização da espacialidade num processo social, na formação do espaço urbano atual numa exclusão social, sobre a formação da organização do crime associado à carência de leis, urbanização e precário desenvolvimento habitacional.

Almeida (2017, p. vii), ao analisar a distribuição da violência letal na cidade de Macapá-AP, conclui que esta é “um fenômeno complexo e multicausal, resultante da concorrência de distintos fatores, tanto de natureza individual como estruturais, num contexto generalizado de deficiência do aparelho estatal”.

Chagas (2014) analisa a dinâmica da produção do espaço urbano, do território e a sua implicação na elevação e distribuição da criminalidade – homicídios – na Região Metropolitana de Belém no período de 2011-2013.

Em estudo sobre a ocorrência de violência letal na Região Metropolitana de Belém, Chagas (2014, p. 188) afirma que fatores que ocorrem dentro do espaço urbano tais como exclusão social, pobreza e favelização podem contribuir para o aumento da violência. Uma vez que tais fatores ocorrem “intensamente em áreas periféricas e abandonadas pelo poder público”, essas áreas tornam-se o “ambiente propício para difusão e estabelecimento da criminalidade”.

Pelo conceito de análise criminal e pelos trabalhos sobre mortes violentas expostos nessa seção de revisão da literatura, urge a necessidade de se voltar os olhos para o boletim de ocorrência policial, visto como uma das fontes, senão a principal delas, para tais estudos.

No capítulo 2, apresenta-se um artigo de revisão da literatura elaborado a partir da pesquisa bibliográfica nos portais Scielo e Periódicos Capes. cujas conclusões apontam para o fato de que os BOPs carecem de maior robustez de informações nele contidas e que a falta de confiabilidade e qualidade dos dados criminais pode ser atenuada a partir da comparação de duas ou mais fontes de dados e, também, pelo processo de integração dessas mesmas fontes.

1.6 Método

1.6.1 Natureza da pesquisa

O delineamento metodológico deste estudo parte de uma pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema. Tem abordagem quali-quantitativa e pode ser classificado, quanto à sua natureza, como uma pesquisa aplicada, uma vez que tem por objetivo a aplicação prática do conhecimento por ela gerado, para a resolução de um problema específico. É de abordagem quantitativa, na medida em que esse tipo de pesquisa visa analisar os dados por meio de técnicas estatístico-descritivas, traduzindo em números as informações para poder descrevê-las e analisá-las (BUSSAB; MORETTIN, 2017).

A análise descritiva tem por objetivo a sistematização dos dados em forma de tabelas e gráficos, buscando a transformação de dados brutos em informação de fácil acesso e leitura, para que se possa fazer a comparação dos resultados e a formulação de hipóteses sobre o fenômeno estudado (BUSSAB; MORETTIN, 2017).

Por outro lado, este trabalho tem também uma abordagem qualitativa, visto que tomará o objeto de estudo no seu processo de produção, no qual se podem vincular a objetividade do produto e a subjetividade de quem o produz, o que se pode averiguar a partir da pesquisa documental (PROVDANOV; FREITAS, 2013).

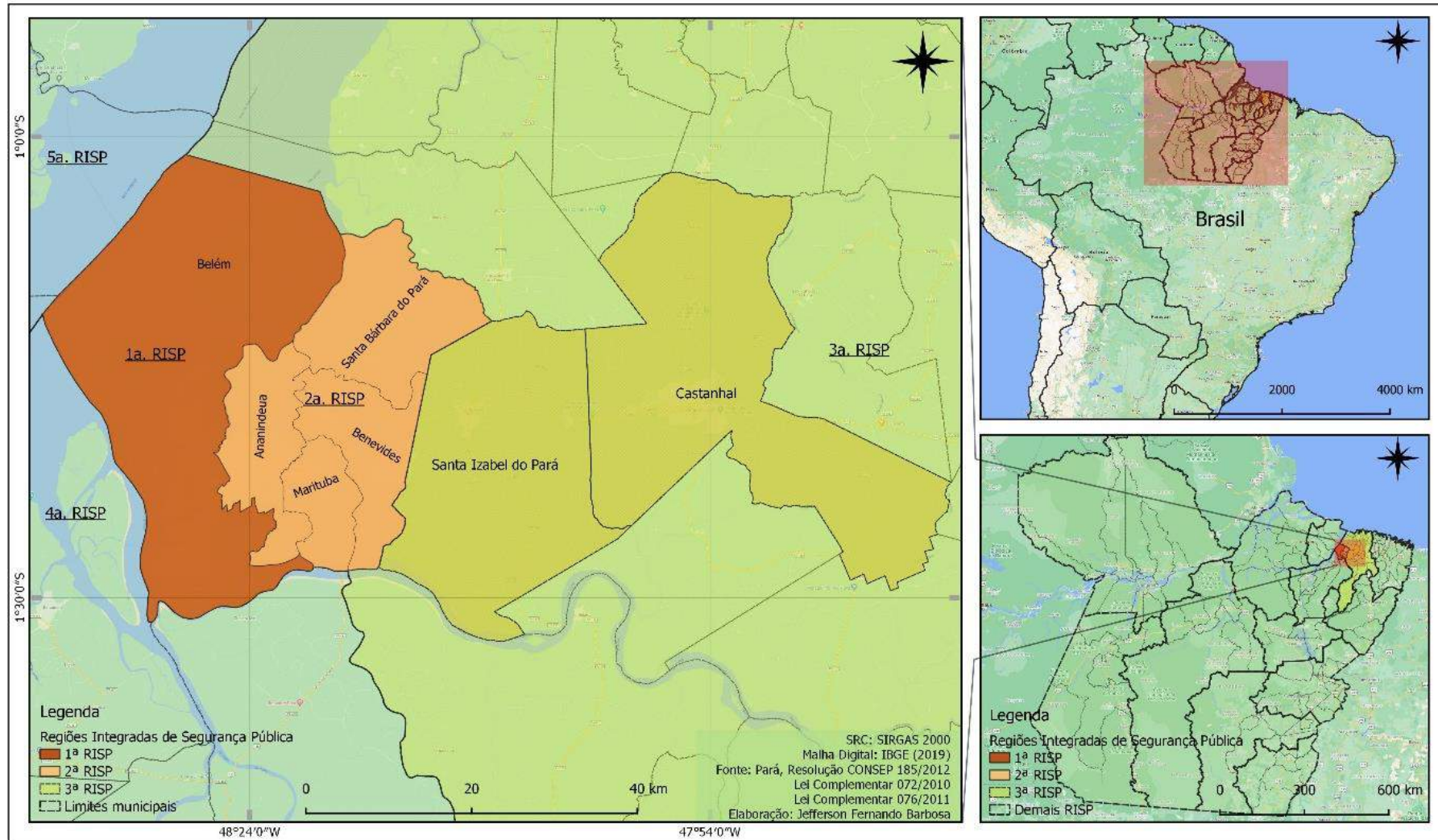
1.6.2 Lócus da pesquisa

Este trabalho trata da análise dos boletins de ocorrência sobre MVI registrados em cinco municípios da Região Metropolitana de Belém (RMB), estado do Pará, Brasil, no ano de 2019.

A RMB é oficialmente formada por sete municípios: Belém (capital do Estado), Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará e Castanhal. Os dois últimos são os que estão geograficamente mais afastados da capital e foram inseridos mais recentemente na RMB, por meio das leis complementares estaduais 072/2010 e 076/2011, respectivamente (PARÁ, 2010; 2011).

No entanto, para efeito de responsabilidade circunscricional dos órgãos vinculados à segurança pública, o estado do Pará foi dividido em quinze áreas de atuação ou Regiões Integradas de Segurança Pública - RISP (PARÁ, 2012). Nesse sentido, os sete municípios da RMB foram distribuídos em três RISPs distintas: a 1ª RISP, formada unicamente pelo município de Belém; a 2ª RISP, da qual fazem parte os municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará; e, por fim, a 3ª RISP, formada por Santa Izabel do Pará e Castanhal, juntamente com outros vinte municípios. A escolha desses locais tem sua explicação no fato de que é nesses conglomerados urbanos que a violência letal alcança seus maiores índices e, sendo um espaço físico densamente povoado, o fenômeno é razoavelmente mais homogêneo (GUIMARÃES, 2011). Nesse sentido, o lócus escolhido para essa pesquisa são os municípios da RMB, pertencentes à 1ª e 2ª RISPs, isto é, Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará, conforme a Figura 3.

Figura 3 - Municípios da Região Metropolitana de Belém e respectivas Regiões Integradas de Segurança Pública, Pará, 2020.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de municípios do IBGE (dez/2020).

1.6.3 Fontes de dados

As fontes de dados utilizados nesta pesquisa são de duas naturezas distintas: (i) a primeira fonte é um banco de dados, em formato de planilha eletrônica, com o total de mortes violentas intencionais, ocorridas no ano de 2019, o qual foi disponibilizado pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), vinculada à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará (Segup); (ii) a segunda fonte de dados se refere aos boletins de ocorrência policial extraídos, em sua forma impressa, do sistema informatizado, SISP WEB, junto à Diretoria de Informática, Manutenção e Estatística (DIME), vinculada à Polícia Civil do Pará, cuja amostra documental foi composta por 443 BOPs, assim distribuídos de acordo com a categorização dada aos registros: 307 (homicídio); 108 (morte por intervenção de agente do Estado); 20 (latrocínio); e 8 (lesão corporal seguida morte).

1.6.4 Procedimentos de coleta

O banco de dados (BD) foi disponibilizado pela SIAC, no mês de abril de 2020, numa planilha eletrônica Excel. As variáveis do BD foram agrupadas em cinco contextos: variáveis referentes ao “Registro” (unidade de origem, unidade responsável, ano do registro, mês do registro); variáveis referentes à “Circunstância” (local da ocorrência, tipo, meio empregado); ao “Tempo” (data, hora, faixa de hora, dia da semana, mês, ano); ao “Espaço” (rua, perímetro, complemento, bairro, distrito, AISP, RISP, regional, região de integração, coordenadas geográficas); à “Vítima” (faixa etária, grau de instrução, profissão, sexo).

Procedeu-se um tratamento no banco de dados para averiguar possíveis inconsistências, tais como duplicidade de registros ou discrepâncias entre as variáveis. Uma vez tratado, o banco de dados serviu de base para a comparação com os boletins de ocorrência extraídos do Sistema Integrado de Segurança Pública - SISP WEB.

Foram disponibilizados para análise um total de 443 BOPs, em formato .pdf, referentes ao ano de 2019. A esse respeito, ressalta-se que, no SISP, é facultado à autoridade responsável pelo inquérito classificar um BOP como “sigiloso”, sendo negado o acesso àqueles que não fazem parte efetivamente da respectiva equipe envolvida na investigação, razão pela qual a quantidade de boletins de ocorrência disponibilizados é bem menor que a quantidade de registros no mesmo período.

1.6.5 Análise de dados

A análise quantitativa dos dados foi feita a partir das variáveis encontradas no banco de dados fornecido pela SIAC, vinculadas ao tempo/espaço do fato registrado; tipo de fato registrado; local de registro; dados da vítima e do autor, se e quando houver. Para tanto, fez-se uso do *software* Microsoft Excel, o qual permite realizar cálculos estatísticos com maior facilidade tanto no tratamento quanto na apresentação dos dados. Trabalhou-se com conceitos básicos da estatística descritiva, tais como distribuição de frequência e variação percentual (BUSSAB; MORETTIN, 2017).

A análise qualitativa será feita a partir da leitura dos BOPs disponíveis no SISP, buscando descrever como se dá a elaboração do documento, a partir da identificação de dados presentes ou ausentes no documento. Como método, este trabalho trará os procedimentos da técnica de análise de conteúdo, adotando como ponto teórico de referência os pressupostos de Bardin (1977). Para esta autora, por meio da análise de conteúdo é possível se obter, por meio de “*procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos*” das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 38). Ainda segundo Bardin (1977), os procedimentos da análise de conteúdo se estabelecem em três fases distintas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

Nesse sentido, pretende-se fazer a escolha e organização dos documentos a serem analisados – pré-análise, obedecendo aos critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência para a constituição do *corpus*. A segunda fase da análise tem como etapas a (i) *codificação*, que se dá em dois níveis, recorte e enumeração. No caso dos boletins de ocorrência, o recorte terá o próprio documento como unidade de registro, enquanto a enumeração se dará pela presença/ausência e frequência da unidade de registro escolhida; e a (ii) *categorização*, feita a partir de critérios de classificação no conjunto de dados oriundos da codificação. Por fim, a fase três da análise de conteúdo é a interpretação e apresentação dos resultados obtidos (BARDIN, 1977).

CAPÍTULO 2 - ARTIGOS CIENTÍFICOS

2.1 Artigo 1 - O boletim de ocorrência policial como fonte de dados para estudos sobre criminalidade

O primeiro objetivo específico deste trabalho a realização de uma pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema. Essa etapa da pesquisa resultou numa revisão integrativa da literatura, materializada em forma de artigo, que deve ser submetido à publicação.

O BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL COMO FONTE DE DADOS PARA ESTUDOS SOBRE CRIMINALIDADE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

THE POLICE REPORT AS DATA SOURCE FOR CRIMINALITY STUDIES: AN INTEGRATIVE REVIEW

Jefferson Fernando Barbosa¹; Rodolfo Gomes do Nascimento², Simone Souza da Costa Silva², Andréa Bittencourt Pires Chaves²

¹Discente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará (PPGSP/UFPA), Belém, Pará, Brasil; ²Docente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará (PPGSP/UFPA), Belém, Pará, Brasil

Resumo:

Este estudo teve por objetivo fazer uma revisão da literatura no intuito de conhecer estudos sobre o uso do boletim de ocorrência policial como fonte de dados, por meio de uma revisão integrativa, para identificar as características que lhe conferem completude e confiabilidade, tanto para a análise criminal, via órgãos governamentais, como para as pesquisas científicas sobre a criminalidade. A busca bibliográfica dos artigos foi realizada no período de 11 de março a 14 de abril de 2020, nas plataformas Scielo e Capes, por meio de palavras-chave vinculadas ao tema de pesquisa estabelecido: “boletim de ocorrência policial”, “análise criminal”, “homicídio”, “investigação de homicídio” e “registros administrativos”. Resultaram 225 artigos, conforme os critérios estabelecidos, dos quais nove foram selecionados para descrição e análise. No que se refere à completude e confiabilidade da base de dados oriunda do boletim de ocorrência policial, foi possível fazer duas constatações ao menos: a falta de qualidade dos dados criminais pode ser atenuada a partir da comparação de duas ou mais fontes de dados, bem como pela integração das fontes.

Palavras-Chave: Base de dados; Análise criminal; Revisão da literatura.

Abstract:

The aim of this study was to review the literature to discover studies aimed at using the police report as a source of data, through an integrative review, to identify the characteristics that give

its completeness and reliability, both for criminal analysis, via government agencies, as for scientific research on crime. The bibliographic search of the articles was carried out from March 11 to April 14, 2020, on the Scielo and Capes platforms, through keywords linked to the established research theme: "police report", "criminal analysis", "homicide", "homicide investigation" and "administrative records" and took place. Resulted 225 articles, as the established criteria, of which nine articles were selected for analysis and description. Regarding the completeness and reliability of the database from the police report, the studies analyzed allow us to bring up at least two findings: the lack of quality of criminal data can be attenuated by comparing two or more data sources, as well as by integrating the sources.

Keywords: Database; Crime analysis; Literature review.

INTRODUÇÃO

O boletim de ocorrência policial (BOP) é um documento oficial por meio do qual se faz o registro de um fato, delituoso ou não, levando-o ao conhecimento do Estado para que este tome as medidas cabíveis que o caso específico requeira, conforme previsto no Art. 5, § 3º, do Código de Processo Penal, sendo uma das formas pelas quais se pode instaurar um inquérito policial (BRASIL, 1941a). O Artigo 1º do Decreto-Lei Nº nº 3.992, de 30 de dezembro de 1941, dispunha que o boletim deve servir de base para as estatísticas criminais e de polícia judiciária e que nele devem estar contidos dados sobre os crimes, contravenções, autores e quaisquer outras informações que sejam de utilidade para tais estatísticas (BRASIL, 1941b).

Anexo ao Decreto-Lei Nº 3.992 havia um modelo de boletim com campos a serem preenchidos cujos dados se referiam ao local e data provável do fato; se o delito ocorrera de dia ou de noite; qual o meio empregado e os motivos presumíveis. Quanto à vítima e ao autor, deveriam ser preenchidos dados como nome; filiação; sexo; data de nascimento; estado civil; naturalidade; nacionalidade; endereço; nível de instrução; se tinha filhos; se, ao cometer o delito estava alcoolizado ou sob a ação de entorpecentes; se já tinha antecedentes criminais, entre outros (BRASIL, 1941c).

No âmbito da gestão da segurança pública, o BOP tem sua importância na medida em que serve de fonte de dados para a elaboração de relatórios estatísticos e de análise criminal que propiciem diagnósticos sobre a distribuição espacial, padrões e tendências de delitos cometidos e, a partir destes, a elaboração de planos e ações voltadas para sua prevenção e repressão qualificada (LIMA, 2013; SILVEIRA JUNIOR, 2013). No âmbito científico, o BOP tem sido tomado como fonte de dados para estudos sobre a criminalidade violenta (HAGEN; GRIZA, 2011; ENGEL et al., 2015; REMÉDIOS, 2013). As pesquisas realizadas procuram estabelecer vínculos relacionais e/ou causais entre os crimes registrados e indicadores sociais apontando

que isso se dá de forma complexa e multifacetada. Por outro lado, constatam, também, que as vítimas desse tipo de violência são principalmente homens negros, jovens e pobres, moradores das periferias dos grandes centros urbanos (ZALUAR et al., 1994; ADORNO, 2002; CERQUEIRA, 2014; CORRÊA; LOBO, 2019).

Para que essas análises e discussões sejam factíveis, torna-se necessário que sejam feitas a partir de dados confiáveis e disponíveis. No entanto, alguns estudiosos do tema apontam exatamente a falta de confiabilidade e indisponibilidade dos dados (GAWRYSZEWSKI et al., 2005; BATITUCCI, 2007; SILVEIRA JUNIOR, 2013). As condições ótimas de qualificação e completude dos BOPs não são encontradas, uma vez que estes são incompletos, seja para um bom diagnóstico dos padrões e tendências criminais seja para a aferição e avaliação da eficiência e eficácia de políticas públicas na área da segurança (ROLIM, 2006; DURANTE, 2009; SILVEIRA JUNIOR, 2013). Nesse sentido, a questão que se coloca é: que características conferem completude e confiabilidade ao BOP, para que possa ser tomado como fonte de dados para a análise criminal e para estudos científicos acerca da criminalidade?

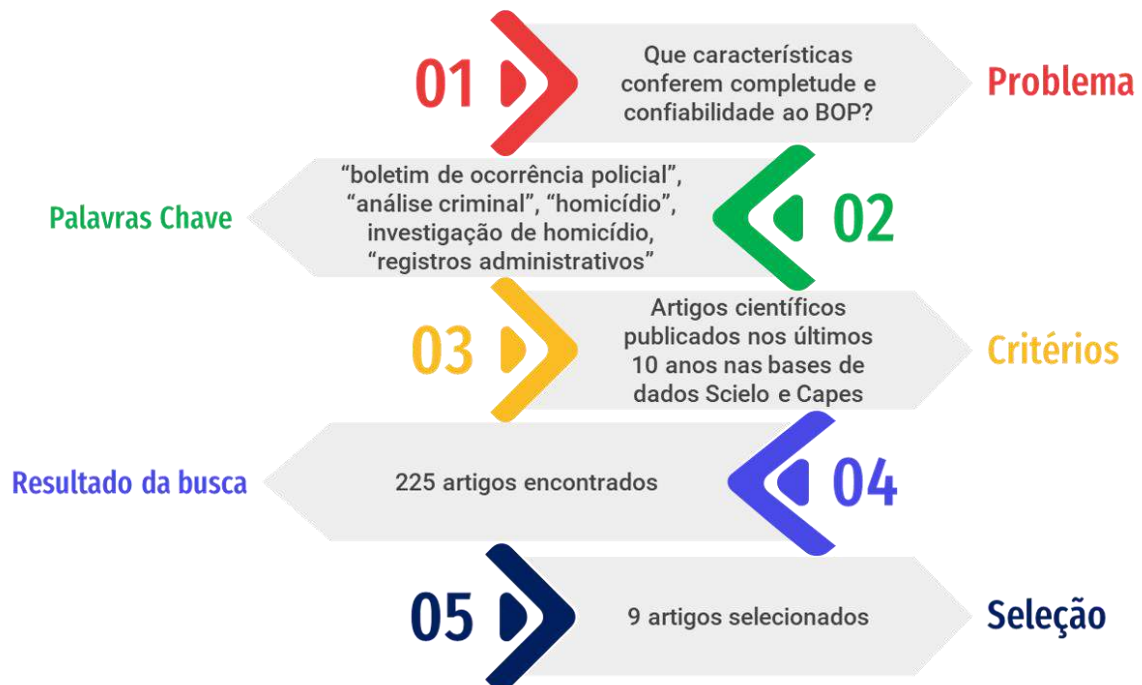
Tendo em foco essa questão, surge a necessidade de se buscar na literatura trabalhos que apontem caminhos e que conduzam a uma resposta a esse respeito, uma vez que um levantamento inicial e exploratório nas bases de dados disponíveis torna possível conhecer o que já tem sido pesquisado acerca do tema, sobre quais aspectos o objeto de estudo foi analisado, além de ser possível vislumbrar as principais contribuições teórico-metodológicas sobre o tema em questão (GIL, 2008; LOUREIRO, 2019). Assim, este artigo tem por objetivo encontrar estudos relacionados ao uso do boletim de ocorrência policial como fonte de dados para a análise criminal e pesquisas científicas sobre a criminalidade, por meio de uma revisão integrativa da literatura, para identificar as características que lhe conferem completude e confiabilidade.

MATERIAIS E MÉTODO

Não obstante ser menos rigorosa que a sistemática, a revisão integrativa da literatura traz consigo a possibilidade de inclusão de estudos com diferentes enfoques sobre o mesmo tema, sendo mais ampla, uma vez que nela podem ser inseridos trabalhos de cunho quantitativo e qualitativo. Dessa forma, a revisão integrativa da literatura possibilita a compilação de informações acerca de um tema, resumindo-as num único trabalho (SOUZA et al., 2010). A revisão integrativa da literatura foi realizada a partir da identificação do problema da revisão e, uma vez identificado o problema, passou-se para a busca dos artigos. Nesse sentido, a coleta de

dados foi feita a partir da busca nas plataformas Scielo e Capes, por meio das seguintes palavras-chave: “boletim de ocorrência policial”, “análise criminal”, “homicídio”, “investigação de homicídio” e “registros administrativos”, sempre em pares combinados com o conector booleano “AND”. A busca resultou um apanhado de trabalhos correspondentes aos critérios de ser um artigo científico publicado nos últimos dez anos. A análise dos dados se deu com a leitura dos respectivos títulos e resumos, após o que, verificou-se a pertinência com o tema desta revisão. Ao final desta primeira fase de leitura, os artigos foram selecionados para leitura integral e análise mais acurada, conforme fluxograma apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Fluxograma do processo de busca e seleção de artigos a serem incluídos no estudo, Scielo e Capes, 2020.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020

RESULTADOS

A busca dos artigos nas bases de dados, em consonância com o fluxograma apresentado na metodologia, se deu no período de 11 de março a 14 de abril de 2020. Inicialmente, a busca resultou 225 artigos, conforme os critérios estabelecidos, dos quais nove artigos foram selecionados.

Uma vez selecionados os artigos, passou-se a qualificá-los, descrevendo-os por palavras-chave, ano de publicação, tipo de abordagem e, por fim, a classificação da respectiva revista no sistema Qualis Sucupira. O número de palavras-chave variou entre três e seis em

cada um dos artigos. Foram contabilizadas um total de 34 palavras-chave, com algumas delas se repetindo até 3 vezes, como foi o caso de “homicídio”, “estatísticas criminais” e “polícia”. Outras palavras-chave que apareceram mais de uma vez foram: “medição da criminalidade”, “estatísticas policiais”, “sistemas de informação”, “delito” e “estatística”. Por fim, algumas palavras-chave foram usadas uma única vez, dentre elas: “mortes violentas”, “violência”, “tendências do crime”, “registros de mortalidade”, “registros administrativos”, “investigação criminal”.

A partir da frequência das palavras-chave, fez-se uma distribuição por categoria, cujo processo de seleção se deu por meio de campos semântico-lexicais (BARDIN, 1977). Assim, as trinta e quatro palavras-chave foram distribuídas em 7 categorias: estatística, homicídio, polícia, registros, sistemas de informação, fluxo de justiça e localidade, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Distribuição das palavras-chave por categoria, retiradas dos artigos selecionados no portais Scielo e Capes, 2020.

Estatística	Homicídio	Polícia	Registro	Sistema de informação	Fluxo de justiça	Localidade
medição da criminalidade	homicídio	polícia	registro administrativo	sistemas de informação	prisão em flagrante	Brasil
estatísticas criminais	homicídio	recursos policiais	registros	sistemas de informação	fluxo de justiça	
estatísticas criminais	mortes violentas	polícia	registros de mortalidade	sistemas de informação de saúde	investigação criminal	
estatística	vigilância epidemiológica	polícia nacional	denúncia	sistemas de informação de crimes	instrução criminal	
estatísticas criminais	homicídio	polícia				
medição da criminalidade	violência					
estatísticas	delito					
dados quantitativos referidos à delinquência	delitos					
criminalidade real	vítimas de crime					
estatísticas policiais	acidentes de trabalho fatais					
estatísticas policiais	bebidas alcoólicas					
criminalidade oculta	armas de fogo					
tendências do crime						
criminalidade						
comparação						

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020

Após o processo de categorização, verificou-se que as categorias “Estatística” (33,33%) e “Homicídio” (26,67%) apresentaram as maiores frequências, seguidas da categoria “Polícia” (11,11%). “Registro”, “Sistema de Informação” e “Fluxo de Justiça” tiveram uma frequência relativa de 8,89%. Por sua vez, a categoria “localidade” (2,22%) apareceu uma única vez. No que se refere ao ano de publicação dos artigos selecionados, verificou-se que o mais antigo deles foi publicado no ano de 2003 e o mais recente, entre os incluídos, em 2019. Tendo em conta apenas os artigos selecionados, o ano com mais publicações foi 2016, com 3 artigos, seguido de 2018, com dois artigos.

A leitura dos resumos e dos procedimentos metodológicos dos nove artigos selecionados propiciou a verificação do tipo de abordagem empregado em cada um deles. Assim, constatou-se que sete artigos (77,78%) tiveram abordagem quantitativa, um artigo (11,11%) foi elaborado a partir de uma abordagem mista (quanti-quali) e em um artigo (11,11%) foi usada a abordagem qualitativa.

Por fim, buscou-se verificar na plataforma Sucupira a classificação das respectivas revistas nos anos em que foram publicados os artigos selecionados. Os artigos foram publicados nos seguintes periódicos: Revista de Saúde Pública (2 artigos), Revista de Sociologia e Política (1 artigo), Revista Sociedade e Estado (1 artigo), Ciência e Saúde Coletiva (1 artigo) e Revista Criminalidad (4 artigos). As quatro primeiras revistas constavam na plataforma Sucupira. A Revista Criminalidad, no entanto, não consta. Por essa razão, fez-se também a procura na plataforma Scimago Journal and Country Rank (SJR) que tem por finalidade avaliar e ranquear periódicos científicos, bem como apontar seu fator de impacto. A classificação das revistas está disposta no Quadro 2.

Quadro 2 – Classificação dos periódicos, nas plataformas Qualis e SJR, em que os artigos selecionados foram publicados, por ano de publicação do artigo, 2020.

Periódico	Ano	Sistema de avaliação	
		Qualis	SJR
Revista de Saúde Pública	2003	A2	0.253 Q2
Revista de Saúde Pública	2005	A2	0.229 Q2
Revista de Sociologia e Política	2011	A1	0.205 Q3
Revista Criminalidad	2016	-	-
Revista Sociedade e Estado	2016	A1	0.152 Q3
Revista Criminalidad	2018	-	0.139 Q3
Ciência & Saúde Coletiva	2019	B1	0.533 Q2

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de consulta às plataformas Sucupira e SJR, 2020.

Legenda: " - " Não consta a qualificação no respectivo ano e/ou sistema de avaliação

DISCUSSÃO

Os artigos selecionados para leitura e análise apresentaram pontos que merecem destaque. Nesse sentido, esses estudos são apresentados, a seguir, levando-se em consideração seus objetivos e as conclusões a que chegaram.

Miranda e Pita (2011) fazem um estudo comparativo dos registros estatísticos criminais sobre mortes violentas das cidades do Rio de Janeiro - Brasil e Buenos Aires - Argentina, ao final do qual concluem que as estatísticas revelam muito mais sobre as instituições que a produziram do que sobre a criminalidade ou sobre a situação das mortes violentas nas regiões metropolitanas de ambas as cidades.

Na mesma direção, Castro et al. (2003) comparam os dados de dois sistemas de registros de ocorrência do estado de Minas Gerais. Para estes autores, é fato que existem muitas críticas à qualidade dos dados criminais existentes no Brasil. Por outro, há pouco estudo sistemático para corroborar essas críticas. A conclusão a que chegam é a de que, nas cidades de menos de 100.00 habitantes, as informações de homicídios da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG são mais completas do que as do SIM/MS. Nas cidades de mais de 100.000 habitantes, o SIM/MS é capaz de recuperar mais eficientemente os óbitos. Assim, é possível salientar que o estudo de Castro et al. (2003) tem conclusão diferente das de Miranda e Pita (2011), posto que para estes vislumbrou-se estabelecer o critério populacional para a eficácia de um ou outro sistema.

A integração de dados de diferentes sistemas que contabilizam as mortes violentas parece ser a direção para qual caminha a análise desses eventos. Isso é o que revela o estudo de Gawryszewski et al. (2005), por meio do qual analisaram os dados de homicídios obtidos nas declarações de óbito, laudos de necropsia e boletins de ocorrência policial. Os achados do estudo apontam que a integração de dados permite melhorar a qualidade da informação, contribuindo, assim, para uma melhor compreensão dos homicídios.

Uma vez mais a integração de dados é vista como uma solução para a indisponibilidade e confiabilidade das informações sobre mortes violentas. É o que aponta o estudo de Patrick e Reed (2016) sobre a criminalidade no Departamento de Antióquia - Colômbia. Esse trabalho apresenta uma estimativa probabilística dos homicídios, que incorpora o cálculo dos dados faltantes de acordo com uma técnica chamada estimativa por múltiplos sistemas.

Ainda sobre integração de dados, O trabalho de Rodríguez-Ortega et al. (2018) explica como se desenvolveu a integração e a agregação de informação da criminalidade, e qual foi seu

efeito no cotejo de cifras estatísticas ao longo do tempo, tendo como pano de fundo a integração de dois sistemas de informação da Colômbia, o “SPOA” da “Fiscalía General” e o “SIEDCO” da “Policía Nacional de Colombia”, além dos dados oriundos do aplicativo “¡ADenunciar!”. Outros dois estudos fazem referência ao SIEDCO (Cubides-Buitrago; Norza-Céspedes, 2016) e aos dados obtidos pela Polícia Nacional da Colômbia (Tamayo-Arboleda; Norza-Céspedes, 2018), mas tratando-os separadamente.

Batista e Ferrite (2019) também fazem um estudo comparativo, entretanto sobre os sistemas de informação, no Brasil, que tratam dos acidentes fatais no ambiente de trabalho. O estudo identificou seis sistemas de informação que dispõem de dados sobre acidentes de trabalho fatais (ATF) no Brasil e concluem afirmando que a falta de variáveis-chave comuns limita a construção de uma base de dados única com todos os casos registrados.

Costa e Oliveira Júnior (2016), por sua vez, produzem um artigo no qual o ponto central do estudo converge para o fato de que, no Brasil, os novos padrões de investigação diferem das representações tradicionais da investigação baseada na busca de testemunhas e produção de depoimentos e confissões.

CONCLUSÃO

Os artigos selecionados e analisados tiveram seu tema girando em torno das fontes de dados utilizadas para a elaboração de relatórios que, por sua vez, possam produzir conhecimento para uma melhor interpretação acerca das cifras de criminalidade em tempo e espaço específicos. Em linhas gerais, os trabalhos apontam, também, para a possibilidade de se estabelecer ações de políticas públicas que possam diminuir essas mesmas cifras, a partir dos conhecimentos produzidos. É importante salientar que, no que se refere à completude e confiabilidade dos dados oriundos do boletim de ocorrência policial, objetivo desta pesquisa, os estudos analisados permitem trazer à baila duas constatações ao menos: a falta de qualidade dos dados criminais pode ser atenuada a partir da *(i)* comparação de duas ou mais fontes de dados, bem como *(ii)* pela integração das fontes. Nesse sentido, verificou-se que os boletins de ocorrência policial ou registros administrativos de criminalidade carecem de mais robustez de informações nele contidas, visto que, como única fonte de dados, parecem não responder às necessidades que as análises sobre a criminalidade demandam.

REFERÊNCIAS

- Adorno, S. (2002) Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, n. 8, p. 84-135.
- Bardin, L. (1977) *Análise do discurso*. Lisboa: Edições, v. 70.
- Batista, A. G.; Santana, V. S.; Ferrite, S. (2019) Registro de dados sobre acidentes de trabalho fatais em sistemas de informação no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, p. 693-704.
- Batitucci, E. C. (2007) *As limitações da contabilidade oficial de crimes no Brasil: o papel das instituições de pesquisa e estatística*.
- BRASIL. Decreto-Lei Nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. (1941a). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm. Acesso em: 24 abr. 2020.
- BRASIL. Decreto-Lei Nº 3.992, de 30 de dezembro de 1941. (1941a) Dispõe sobre a execução das estatísticas criminais, a que se refere o art. 809 do Código de Processo Penal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3992-30-dezembro-1941-414017-publicacaooriginal-1-pe.html>.
- BRASIL. Decreto-Lei Nº 3.992, de 30 de dezembro de 1941. (1941b) Modelo de boletim individual. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3992-30-dezembro-1941-414017-modelodeboletimindividual-pe.pdf>.
- Buitrago Cubides, J. R.; Norza Céspedes, E. (2016) Registros de la criminalidad en Colombia y actividad operativa de la Policía Nacional durante el año 2015. *Revista Criminalidad*, v. 58, n. 2, p. 09-20.
- Castro, M. S.; Assunção, R. M.; Durante, M. O. (2003) Comparação de dados sobre homicídios entre dois sistemas de informação, Minas Gerais. *Revista de Saúde Pública*, v. 37, p. 168-176.
- Cerqueira, D. R. C. (2014) *Causas e consequências do crime no Brasil*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/1922/2/Concurso0212_33_premiobndes_Doutorado_P.pdf.
- Corrêa, R. S. S.; Lobo, M. A. A. (2019) Distribuição espacial dos homicídios na cidade de Belém (PA): entre a pobreza/vulnerabilidade social e o tráfico de drogas. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 11, p. 1-17.
- Costa, A. T. M.; Oliveira Júnior, A. (2016) Novos padrões de investigação policial no Brasil. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 147-164.
- Durante, M. O. (2009) *Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal*. Coleção Segurança com Cidadania, n. 2, p. 181-203.

- Gawryszewski, V. P.; Kahn, T.; Mello Jorge, M. H. P. (2005) Informações sobre homicídios e sua integração com o setor saúde e segurança pública. *Revista de saúde pública*, v. 39, p. 627-633.
- Gil, A. C. (2008) *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6a ed. São Paulo: Editora Atlas.
- Hagen, A. M. M.; Griza, A. (2011) Pesquisa qualitativa de homicídios com base em registros policiais: limites e possibilidades. *Segurança, Justiça e Cidadania*, p. 121–142.
- Lima, H. T. P. (2013) *Gestão das estatísticas criminais na polícia militar do Pará: novo paradigma do policiamento moderno e seus reflexos no planejamento operacional*. Dissertação (Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Belém, Pará, Brasil.
- Loureiro, V. R. (2019) *A pesquisa nas Ciências Sociais e no Direito*. Belém: Cultural B.
- Miranda, A. P. M.; Pita, M. V. (2011) Rotinas burocráticas e linguagens do estado: políticas de registros estatísticos criminais sobre mortes violentas no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 40, p. 59-81.
- Patrick, B.; Reed H, M. (2016) El registro y la medición de la criminalidad. El problema de los datos faltantes y el uso de la ciencia para producir estimaciones en relación con el homicidio en Colombia, demostrado a partir de un ejemplo: el departamento de Antioquia (2003-2011). *Revista Criminalidad*, v. 58, n. 1, p. 9-23.
- Rodríguez-Ortega, J. D. et al. (2018) Implicaciones del proceso de integración de los registros administrativos de criminalidad entre el SPOA de la Fiscalía General y el SIEDCO de la Policía Nacional de Colombia, y la puesta en marcha del aplicativo “¡ADenunciar!” sobre las cifras de criminalidad. *Revista Criminalidad*, v. 60, n. 3, p. 9-27, 2018.
- Remédios, M. R. A. (2013) *Criminalidade e urbanização: estudo das relações espaciais e multivariada dos crimes de tráfico de drogas e homicídio*. 69f. Dissertação (Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil.
- Rolim, M. A (2006) *Síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI*. 3. ed. Rio de Janeiro; Oxford: Zahar, Jorge; Oxford, University.
- Silveira Junior, R. S. (2013) *Homicídio em Marabá: a desinformação da informação na construção do perfil da vítima, do agressor e do delito*. Dissertação (Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Belém, Pará, Brasil.
- Souza, M. T.; Silva, M. D.; Carvalho, R. (2010) *Revisão Integrativa: o que é e como fazer*. Einstein, v. 8, n. 1, p. 102–106.
- Tamayo-Arboleda, F. L.; Norza-Céspedes, E. (2018) Midiendo el crimen: cifras de criminalidad y operatividad policial en Colombia, año 2017. *Revista Criminalidad*, v. 60, n. 3, p. 73-93.

Zaluar, A.; Noronha, J. C.; Albuquerque, C. (1994) Violência: pobreza ou fraqueza institucional? *Cadernos de Saúde Pública*, v. 10, n. 1, p. S213–S217.

2.2 Artigo 2 - Vitimização de policiais militares no estado do Pará (Brasil) em 2019

Como visto na Seção 1.5, este estudo teve como um dos objetivos específicos a descrição e análise das mortes violentas intencionais registradas na Região Metropolitana de Belém, no ano de 2019, a partir do banco de dados disponibilizado pela SIAC. Uma primeira etapa da pesquisa relacionada a esse tópico resultou num artigo científico versando sobre a vitimização de policiais militares no estado do Pará, no ano de 2019. O artigo foi aceito e publicado em junho de 2020, no volume 9, n. 8, da *Revista Research, Society and Development*.

Para a elaboração do artigo, fez-se necessária uma coleta de dados junto à Divisão de Homicídios da Polícia Civil (DH), mais especificamente na Delegacia de Homicídios de Agentes Públicos (DHAP), unidade responsável pelos inquéritos policiais dessa natureza. Tal artigo objetivou analisar as mortes de policiais militares na busca de compreender quais fatores poderiam estar vinculados à ocorrência desses eventos.

Dentre os resultados encontrados, pode-se verificar que mais de 60% das mortes ocorreram na RMB e que as mortes ocorreram em 14 dos 144 municípios do estado do Pará. Do total de mortes, constatou-se que 75% delas foram registradas como homicídio e 25% como latrocínio e que a arma de fogo foi o instrumento utilizado em todos os casos registrados.

O estudo mostrou que, naquele ano, todas as vítimas pertenciam à classe de praças, que compreende os postos de soldado a subtenente, o que corroborou o apontado por pesquisas anteriores a respeito da maior vulnerabilidade e vitimização a que está submetida essa mesma classe (SABBÁ et al., 2018; BASSALO; MELLO, 2018; DUARTE, 2019; ALVES, 2020). Outros dados do artigo fazem referência ainda à faixa etária das vítimas, local da ocorrência e à situação atual do militar, se na reserva ou na ativa. O artigo é apresentado integralmente em seguida.

Research, Society and Development, v. 9, n. 8, e153985549, 2020
(CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5549>

Vitimização de policiais militares no Estado do Pará (Brasil) em 2019

Victimization of police officers in the state of Pará (Brazil) in 2019

Victimización de policiales en Estado de Pará (Brasil) en 2019

Recebido: 11/06/2020 | Revisado: 12/06/2020 | Aceito: 14/06/2020 | Publicado: 28/06/2020

Jefferson Fernando Barbosa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0428-0703>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: jeffbarbosa@gmail.com

Andréa Bittencourt Pires Chaves

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0247-9265>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: andreachaves@ufpa.br

Silvia dos Santos de Almeida

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4817-7804>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: salmeida@ufpa.br

Resumo

Este artigo busca descrever a vitimização de policiais militares no Pará tendo por objetivo analisar os dados sobre mortes de policiais militares no Estado, ocorridas de janeiro a dezembro de 2019, buscando compreender quais fatores podem estar vinculados à ocorrência desses eventos. Os dados foram disponibilizados pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal do Estado do Pará (SIAC) e Divisão de Homicídios da Polícia Civil (DH). Nesse período, foram mortos 28 policiais militares, sendo 17 (60,7%) em municípios da Região Metropolitana de Belém e 11 (39,3%) no interior do Estado. Do total de mortes, 21 (75,0%) foram registradas como homicídio e 7 (25,0%) como latrocínio. Na conclusão, tem-se que os baixos salários e a necessidade de complementação de renda fora do horário de serviço são fatores que contribuem para o aumento dos riscos a que são submetidos. Sugere-se que o incremento de políticas públicas que tragam a eles melhor condição de vida e trabalho, podem reduzir suas vulnerabilidades e vitimização.

Palavras-chave: Violência urbana; Morte de policiais; Homicídio; Vitimização policial.

Research, Society and Development, v. 9, n. 8, e153985549, 2020
 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5549>

Abstract

This paper aims to describe the victimization of police officers in the state of Pará seeking to analyze data on police officers murder, which occurred from January 2019 to December 2019, seeking to understand what factors may be linked to the occurrence of these events. The data were made available by the Secretariat for Intelligence and Crime Analysis and Homicide Department. During this period, 28 military police officers were killed, 17 (60.7%) in municipalities in the Metropolitan Region of Belém and 11 (39.3%) in the interior of the state. Of the total deaths, 21 (75.0%) were registered as homicide and 7 (25.0%) as robbery. In conclusion, low wages and the need to supplement income outside working hours are factors that contribute to the increase in the risks to which they are subjected. It is suggested that the increase in public policies that bring them better living and working conditions, may reduce their vulnerabilities and victimization.

Keywords: Urban violence; Police deaths; Homicide; Police victimization.

Resumen

Este artículo busca describir la victimización de los policías militares en el estado de Pará, que ocurrió entre enero de 2019 y diciembre de 2019, buscando comprender qué factores pueden estar relacionados con la ocurrencia de estos eventos. Se realizó una investigación bibliográfica para verificar bajo qué enfoques se ha tratado el fenómeno. Se analizaron datos sobre la victimización de policías militares en 2019, puestos a disposición por la Subsecretaría de Inteligencia y Análisis Criminal (SIAC) y por el Departamento de Investigaciones de Homicidios (DH). Durante este periodo, 28 policías militares fueron asesinados, 17 (60.7%) en municipios de la Región Metropolitana de Belém y 11 (39.3%) en el interior del estado. Del total de muertes, 21 (75.0%) fueron registradas como homicidios y 7 (25.0%) como robos. En conclusión, los bajos salarios y la necesidad de complementar los ingresos fuera del horario laboral son factores que contribuyen al aumento de los riesgos a los que están sujetos. Se sugiere que el aumento de las políticas públicas que les brinden mejores condiciones de vida y trabajo, puede reducir sus vulnerabilidades y victimización.

Palabras clave: Violencia urbana; Asesinato de policías; Homicidio; Victimización de policiales.

1. Introdução

A violência letal tem se mostrado um problema de alcance mundial. No ano de 2017 alcançou a cifra de 463 mil homicídios, dos quais 173 mil (37,3%) ocorreram em países do continente americano, seguidos pela África, com 163 mil (35,2%) e Ásia (104 mil, 22,5%), enquanto Europa e Oceania somaram 22 mil (4,8%) e 1.000 (0,2%) mortes intencionais, respectivamente, segundo estimativa da ONU (UNODC, 2019).

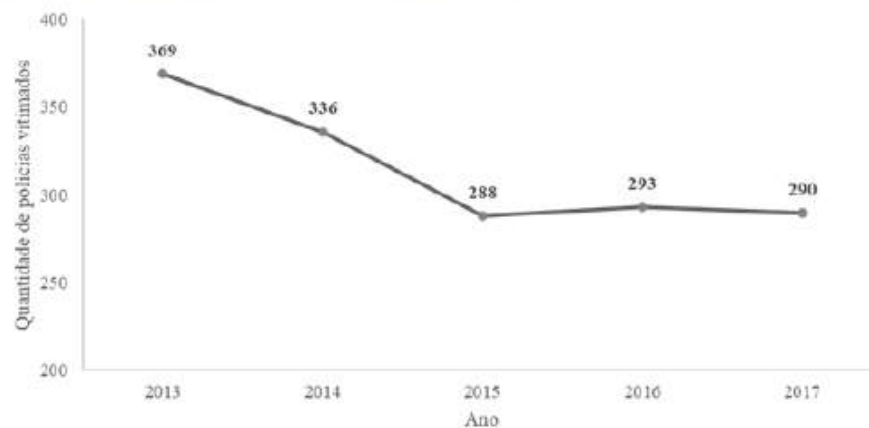
Research, Society and Development, v. 9, n. 8, e153985549, 2020
(CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5549>

Com respeito ao Brasil, o Atlas da Violência 2019 mostra que, na última década, as taxas de homicídios apresentaram diferentes tendências nas cinco regiões brasileiras. Diminuição nas taxas das regiões Sudeste e Centro-Oeste, certa estabilidade na região Sul e crescimento acentuado nas regiões Norte e Nordeste (Ipea & FBSP, 2019). A esse respeito, argumenta-se que o aumento da violência nas regiões Norte e Nordeste do Brasil vincula-se, predominantemente, à disputa pelo controle do tráfico de drogas (Sampó, 2018).

Na região Norte, o Estado do Pará tem apresentado as mais altas taxas de homicídios e, inseridos nesse contexto, os órgãos vinculados à segurança pública, dentre eles a Polícia Militar, têm importante papel, uma vez que possuem, constitucionalmente, o monopólio do uso legítimo da violência (Weber, 2011). Não obstante, os policiais militares, quer no exercício de sua atividade quer fora dela, aparecem em ambos os lados do fenômeno, posto que nesse contexto apresentam alto número tanto de letalidade como de vitimização.

O número de mortes de policiais no Brasil tem se mantido acentuado, com 1 policial civil ou militar morto por dia e é notória a predominância de mortes ocorridas fora do serviço, embora, em termos absolutos, tenha havido um pequeno decréscimo, quando comparado o período de 2013 a 2017 (FBSP, 2018), como se verifica no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Quantidade de policiais vitimados por ano no Brasil, 2013-2017.



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública; FBSP, 2018. Adaptado pelos autores (2020).

Especificamente sobre o Pará, pesquisas recentes mostram que houve recrudescimento de mortes de policiais militares nos últimos anos (Costa et al., 2016; Mello, 2015; Sabbá et al.,

2018; Santos et al., 2019). A morte de policiais militares, dentre outras formas de violência letal, tem se tornado interesse de estudos por parte de pesquisadores ligados ou não às forças policiais. Em estudo sobre a vitimização de policiais civis e militares no estado do Rio de Janeiro, bem como a percepção de risco por parte desses mesmos policiais, dentro e fora do ambiente de trabalho, Minayo et al. (2007, p. 2776) afirmam que “o imediatismo, as condições materiais precárias de trabalho, as cargas horárias excessivas, o número insuficiente de profissionais e os salários inadequados ao risco e à importância da missão são elementos que contribuem para a baixa produtividade.”

Em trabalho posterior, Minayo e Adorno (2013), na busca de ampliação do conceito de segurança, assinalam que aos policiais, na qualidade de trabalhadores e cidadãos, é assegurado constitucionalmente o direito à integridade física, moral e mental no exercício de sua profissão.

Mello (2015) investiga a percepção de riscos pelos policiais militares associada à profissão. Sua conclusão é a de que a forma como esses policiais percebem o risco está de alguma maneira relacionada às suas origens sociais, trajetórias e projetos de vida. Essa linha de pensamento vai ao encontro do que Minayo et al. (2007, p. 2768) asseveram acerca do conceito de risco. Para as autoras, a percepção de risco “vem do caráter intrínseco da atividade policial” e o fato de andarem armados os torna “alvos potenciais das agressões um dos outros”.

Para Santos et al. (2019, p. 25152), as principais causas para esse quadro de vitimização são a “precária infraestrutura da segurança pública, os baixos salários, a falta de treinamento e equipamentos de qualidade”, o que contribui para o aumento do risco inerente à função policial.

Por sua vez, Costa et al. (2016) analisam as mortes de policiais militares da ativa no período de 2011 a 2013 e concluem que tais mortes evidenciam tendência de crescimento e que estas ocorrem por fatores vários. Os autores salientam, ainda, que as vítimas são predominantemente cabos e soldados, atribuindo a isso ao fato de que essas classes são maioria absoluta na corporação.

Sabbá et al. (2018) mostram que a classe de praças, mormente sargentos e cabos, é a mais vitimada. Segundo esse estudo, as mortes podem estar relacionadas, dentre outros fatores, à baixa remuneração e às precárias condições de moradia desses policiais, uma vez que moram nas periferias, aumentando o risco de vitimização.

Bassalo e Mello (2018), analisando a morte de policiais militares, concluem que as vítimas estavam em seu período de folga, tinham em média 51 anos de idade e que a classe de praças é a mais vitimada. Os autores acrescentam, ainda, que os dados apontam para o fato de que parte dessas vítimas estava exercendo atividade de segurança privada e, portanto, fora da atividade estritamente policial.

Research, Society and Development, v. 9, n. 8, e153985549, 2020
(CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5549>

Duarte (2019) analisa a morte de policiais militares da ativa, de folga, no período de 2011 a 2018 e os dados de sua pesquisa apontam para o fato de que, na maioria dos casos, os policiais são vítimas de latrocínio, em razão de uma maior vulnerabilidade justamente por estarem fora do horário de serviço.

O conjunto de fatores levantados na literatura mostra que a vitimização policial é um reflexo da própria sociedade em que tais policiais estão inseridos. Nesse contexto, este trabalho visa analisar as mortes violentas, por homicídios e latrocínios, contra policiais militares no Estado do Pará no ano de 2019, buscando elementos que corroborem ou não o apontado em trabalhos anteriores para os quais a falta de treinamentos e o uso de equipamentos adequados, os baixos salários e a necessidade de complementação de renda são fatores que contribuem sobremaneira para o aumento dos riscos e vitimização a que são submetidos.

2. Metodologia

As mortes violentas (homicídio e latrocínio) de policiais militares foram o objeto de estudo desta pesquisa. O passo inicial para o seu desenvolvimento, dentro da abordagem qualitativa, foi um levantamento da literatura referente aos casos de morte de policiais militares. Posteriormente, passou-se à análise documental (Gil, 2008), a partir de dados coletados junto à Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC) e Divisão de Homicídios (DH) e, também, da leitura dos boletins de ocorrência policial (BOP) registrados no sistema informatizado da Polícia Civil (SISP WEB), a fim de se obter dados sobre as circunstâncias em que essas mortes ocorreram. Ressalta-se que não se realizou a leitura do total dos BOPs em virtude de alguns deles estarem na condição de sigiloso no sistema de informações.

O locus da pesquisa foi o Estado do Pará - Brasil, que possui 144 municípios (IBGE, 2020), embora o número de mortes tenha se concentrado em somente 14 municípios, como se verá adiante. A esse respeito, convém salientar que, para efeito da descrição e análise estatística dos dados, optou-se por dividir o território do estado em duas regiões distintas a saber: (i) Região Metropolitana de Belém (RMB) e (ii) Interior do Estado.

Neste trabalho, entende-se como RMB os municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará. E como Interior do Estado, todos os municípios restantes. Essa divisão territorial tem por objetivo analisar os dados levando em conta as Regiões Integradas de Segurança Pública (RISPs), que são as circunscrições de atuação dos órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública do Estado, estabelecidas por meio da Resolução nº 185, de 19 de fevereiro de 2012 (PARÁ, 2012).

Research, Society and Development, v. 9, n. 8, e153985549, 2020
(CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5549>

A abordagem quantitativa se deu a partir do levantamento de dados acerca do número de mortes de policiais militares no período de janeiro a dezembro de 2019. O corte temporal desta pesquisa se explica por duas razões. Primeiro por conta do elevado número de mortes que ocorreram nesse período, com destaque para o primeiro semestre do ano, especificamente nos meses de janeiro e maio. A segunda razão é em virtude da possibilidade de comparação dos resultados aqui encontrados com os dados de pesquisas anteriores, como se verificou na revisão da literatura apresentada na introdução.

A abordagem quantitativa também fez uso de métodos estatísticos, como a análise descritiva, cujo objetivo é a sistematização dos dados em forma de tabelas e gráficos, buscando a transformação de dados brutos em informação de fácil acesso e leitura, para que se possa fazer a comparação dos resultados e a formulação de hipóteses sobre determinado fenômeno estudado (Bussab & Morettin, 2017).

3. Resultados e Discussão

No período em estudo foram registradas 28 mortes violentas, classificadas como homicídio ou latrocínio, de policiais militares em municípios do Pará. A Região Metropolitana de Belém concentrou 17 mortes, o que representa 60,4% do total. As demais 11 mortes (39,6%) distribuíram-se por outros onze municípios do Interior do Estado, com uma morte em cada um deles, como mostrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Quantidade e percentual de policiais militares mortos por município no Estado do Pará em 2019.

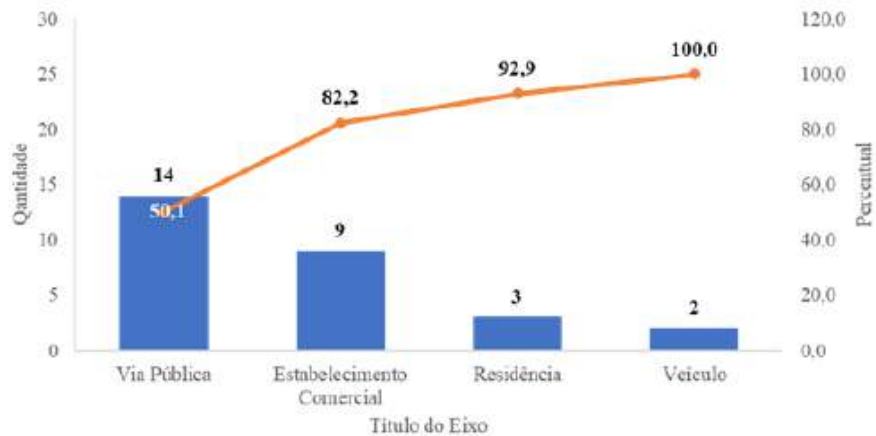
Região	Município	Quantidade	Percentual
RMB	Belém	11	39,0
	Ananindeua	3	10,7
	Benevides	3	10,7
Interior	Abaetetuba	1	3,6
	Anapu	1	3,6
	Barcarena	1	3,6
	Castanhal	1	3,6
	Cametá	1	3,6
	Marabá	1	3,6
	Moju	1	3,6
	Ourilândia do Norte	1	3,6
	Salinópolis	1	3,6
	Santo Antônio do Tauá	1	3,6
	Vigia de Nazaré	1	3,6
Total		28	100,0

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da SIAC (2020).

Belém e Ananindeua são municípios contíguos e, juntos, formam a maior conurbação metropolitana do Estado do Pará com cerca de 2 milhões de pessoas para o ano de 2019, segundo estimativa da Coordenação de População e Indicadores Sociais (IBGE, 2020). Essa característica de cidade grande demanda ao Estado uma maior aplicação de recursos e de efetivo policial, estando aí empregada a maior parte da tropa na prestação de serviços de atribuição da Polícia Militar. Nesse sentido, o maior quantitativo nessa região traz consigo o aumento dos riscos e da possibilidade de vitimização dos policiais militares aí inseridos.

Um dado que chama à atenção a respeito das mortes violentas de policiais militares é o que se refere ao local onde ocorreram. As variáveis Via pública e Estabelecimento comercial, quando somados, representam 82,2% dos casos registrados (Gráfico 2). Este é um número bastante expressivo, o que corrobora a ideia de que as vítimas, por estarem de folga, poderiam estar exercendo atividade de segurança privada (bico), fato confirmado em pelo menos quatro casos, segundo os dados levantados.

Gráfico 2 – Quantidade e percentual acumulado de policiais militares mortos no Estado do Pará por local do fato em 2019.



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da SIAC (2020).

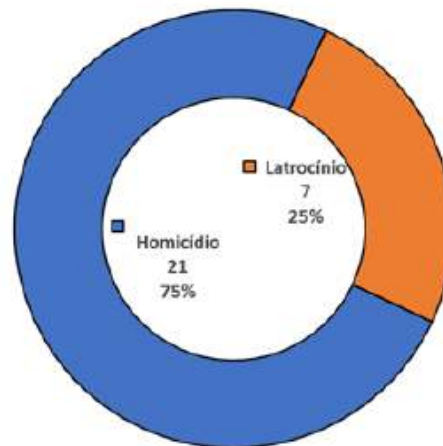
Do total de registros (28) de mortes violentas, tem-se 75% deles classificados como homicídio (21 casos) e 25% como latrocínio (7 casos), conforme Gráfico 3. Esse dado pode sugerir que as mortes são consequência do intuito deliberado dos autores em executar a vítima e não do objetivo de tomar posse da arma do policial.

Nesse sentido, há um contraste com o apontado por Bassalo e Mello (2018), visto que esses autores apresentam dados para o ano de 2017 no qual houve 13 latrocínios, mais que o dobro do número de homicídios naquele mesmo ano.

Os dados aqui apresentados diferem também do encontrado em Duarte (2019). A autora apresenta números totais de militares mortos por homicídio e latrocínio numa série temporal de 2011 a 2018, mostrando que o percentual de latrocínios é 60,47%, enquanto os homicídios representam 39,53% naquela série histórica.

Por outro lado, em estudo de sobre vitimização policial no Estado de São Paulo nos anos de 2013 e 2104, Fernandes (2016) apresenta dados semelhantes ao deste artigo quando trata da motivação para os crimes. Para o autor, a morte em razão de ser policial militar ou ter sido reconhecido como tal, aqui comparado ao homicídio, representa 78,3% enquanto as mortes por latrocínio correspondem a 33,1% do total de casos analisados.

Gráfico 3 – Quantidade e percentual de policiais militares mortos no Estado do Pará por tipo de registro em 2019.



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da SIAC (2020).

Para fins deste trabalho, as idades encontradas no banco de dados foram agrupadas em quatro faixas etárias. A maioria das vítimas (23; 82,1%), pertencem às duas últimas faixas etárias, tendo, pois, idade de 41 a 60 anos, conforme Tabela 2. Nesse sentido, constatou-se que os policiais mais velhos estiveram mais sujeitos à violência letal, dado que se mostrou muito semelhante aos apresentados por Sabbá et al. (2018), referentes ao ano de 2018, quando 17 (77%) dos 22 policiais militares mortos no período por eles estudado tinham entre 41 e 55 anos de idade.

Tabela 2 – Quantidade e percentual de policiais militares mortos no Estado do Pará por faixa etária em 2019.

Faixa Etária	Quantidade	Percentual
20 a 30	4	14,3
31 a 40	1	3,6
41 a 50	16	57,1
51 a 60	7	25,0
Total	28	100,0

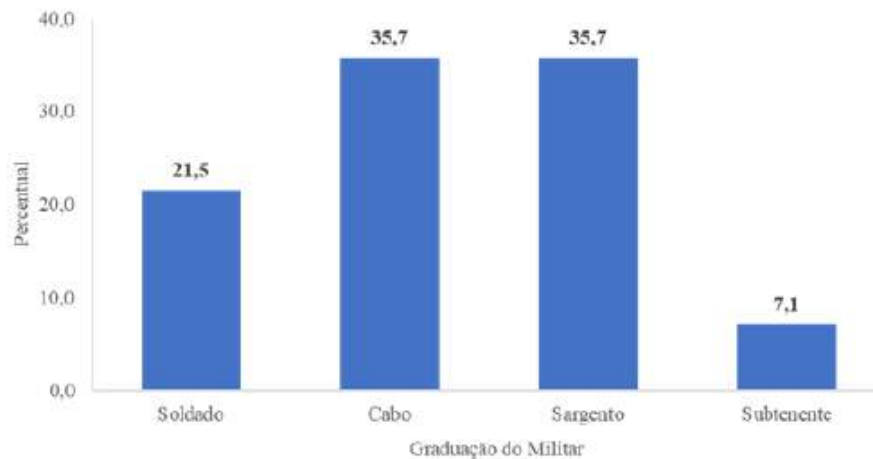
Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da SIAC (2020).

No que se refere à graduação/posto do policial militar (Gráfico 4), verificou-se que cabos e sargentos foram os mais vitimados. 10 sargentos, 10 cabos e 6 soldados tiveram suas

Research, Society and Development, v. 9, n. 8, e153985549, 2020
(CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5549>

vidas ceifadas pela violência, o que equivale, respectivamente, a 35,7%, 35,7% e 21,5% do total. A classe de Subtenentes foi a menos atingida, somando 2 mortes (7,1%).

Gráfico 4 - Percentual de policiais militares mortos no Estado do Pará por graduação/posto do militar – 2019.



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da SIAC (2020).

Os dados sobre a graduação/posto do policial militar vitimado corroboram os resultados de pesquisas anteriores (Sabbá et al., 2018; Bassalo & Mello, 2018) em que a classe de praças, mormente sargentos e cabos, é a mais vitimada, relacionando essas mortes à baixa remuneração e às precárias condições de moradia desses policiais, uma vez que moram em bairros periféricos da Região Metropolitana de Belém, aumentando o risco de vitimização.

A esse respeito, Alves (2020, p. 70) acrescenta que

Essa realidade é justificada não somente pelo maior contingente dessa categoria na instituição e no enfrentamento diário a criminalidade, mas também por serem os que mais atuam em jornadas extrafuncionais para complementação da renda, e por morar em áreas mais sujeitas a violência, tomando-os vulneráveis à ação de criminosos.

Outra possível explicação para o elevado grau de vulnerabilidade e vitimização entre a classe de praças é dada por Duarte (2019, p. 49). Segundo a autora:

Research, Society and Development, v. 9, n. 8, e153985549, 2020
(CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5549>

O recrutamento e sedimentação das facções criminosas, em especial o CV (Comando Vermelho) no estado do Pará, podem ter contribuído para o recrutamento dos índices de vitimização com resultado morte de policiais militares paraenses, tendo em vista a existência de 'ordens' para a matança de policiais militares, em troca da vida pela dívida contraída no tráfico ou ainda como símbolo de status dentre os membros da organização.

A Tabela 3 mostra a quantidade e percentual de policiais militares mortos em 2019. Constatou-se que o maior número de mortes ocorreu nos meses de janeiro e maio, com 8 casos em cada um deles, o que representa 57,0% do total, seguidos pelo mês de abril e julho, com 4 registros (28,5%) em cada mês. Nos meses de fevereiro, março e junho houve um único registro em cada mês. No segundo semestre houve apenas um registro de morte, o que pode evidenciar que providências foram tomadas, quer por parte do próprio policial quer por parte da corporação, para diminuir o número de assassinatos de seus integrantes.

Tabela 3 – Quantidade e percentual de policiais militares mortos no Estado do Pará por mês em 2019.

Mês	Quantidade	Percentual (%)
janeiro	8	28,5
fevereiro	1	3,6
março	1	3,6
abril	4	14,3
maio	8	28,5
junho	1	3,6
julho	4	14,3
agosto	-	0,0
setembro	1	3,6
outubro	-	0,0
novembro	-	0,0
dezembro	-	0,0
Total	28	100,0

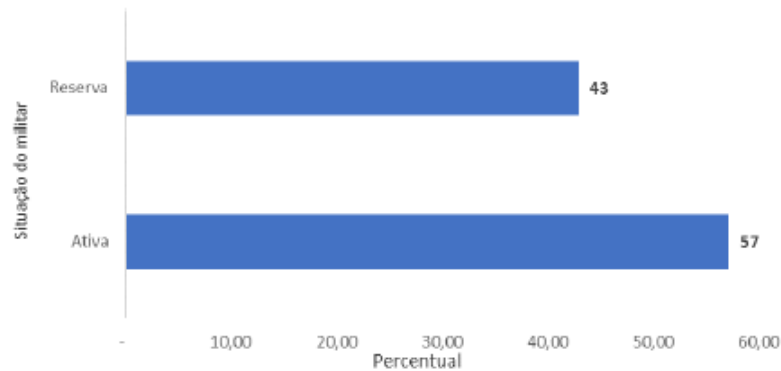
Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da SIAC (2020).

Dos 28 policiais militares mortos no Estado do Pará, 16 eram da ativa (57,1%) e 12 já estavam no quadro da reserva remunerada, o que corresponde a 42,9% do total (Gráfico 5). Aqui a diferença entre pertencer a um quadro ou a outro não pareceu ser tão relevante no sentido de apontar qual das duas situações deixa o policial militar mais, ou menos, vulnerável, donde se pode conjecturar que a vulnerabilidade atinge aos policiais como um todo.

Gráfico 5 - Percentual de policiais militares mortos no Estado do Pará por situação do militar em 2019.



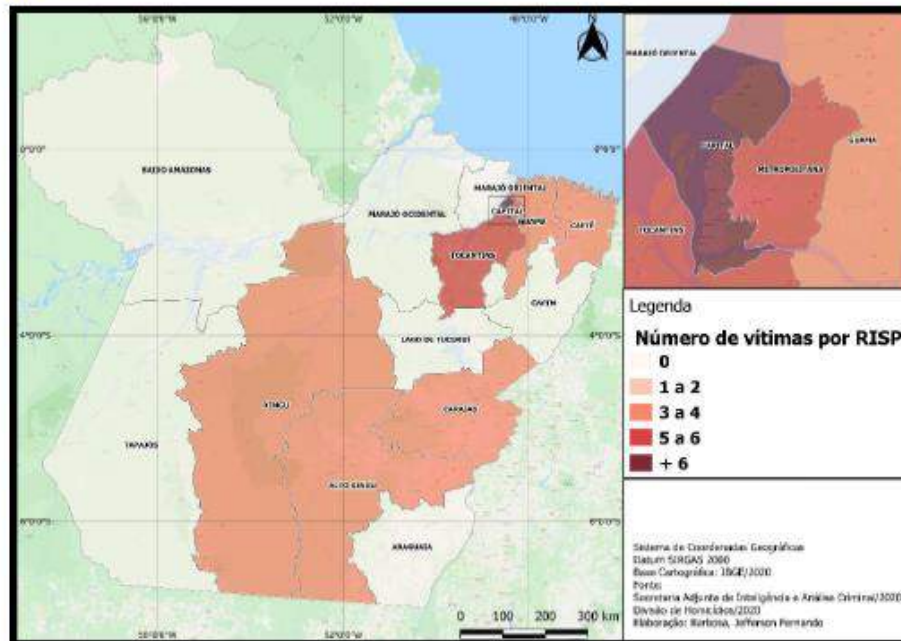
Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da SIAC (2020).

A distribuição espacial das mortes na RMB, que compreende Belém (1ª RISP - Capital) e os municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará (2ª RISP - Metropolitana), mostra que a maioria das mortes ocorreu em bairros onde são coincidentes as altas taxas de homicídios da população em geral. Os dados de Alves (2020) mostram que é nesses mesmos bairros de periferia onde residem a maioria dos policiais militares da classe de praças.

Em Belém (1ª RISP – Capital), os crimes se distribuíram nos bairros da Condor, Jurunas, Pedreira, Sacramento, Mangueirão, Coqueiro, Tenoné, Brasília, São João do Outeiro e Carananduba. No município de Ananindeua as mortes ocorreram nos bairros da Cidade Nova, Heliolândia e Curuçambá. Houve uma morte no município de Benevides, na localidade conhecida por Santa Maria de Benfica, já nos municípios de Marituba e Santa Bárbara do Pará não houve registro de mortes no período em análise. Esses quatro últimos municípios fazem parte da 2ª RISP - Metropolitana (Figura 1).

Research, Society and Development, v. 9, n. 8, e153985549, 2020
 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5549>

Figura 1 - Distribuição espacial das mortes de policiais militares no Estado do Pará, por RISP, em 2019.



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da SIAC e Divisão de Homicídios (2020).

No que concerne ao Interior do Estado, que abrange as treze RISPs restantes, as ocorrências de mortes de policiais militares se restringiram aos municípios de Castanhal, Santo Antônio do Tauá e Vigia (3ª RISP - Guamá), Abaetetuba, Barcarena, Cametá e Moju (4ª RISP - Tocantins), Salinópolis (6ª RISP - Caeté), Marabá (10ª RISP - Carajás), Anapu (11ª RISP - Xingu) e Ourilândia do Norte (14ª RISP - Alto Xingu), com um caso de morte em cada um desses municípios. Esse detalhe é importante na medida em que mostra que as ocorrências do fenômeno em estudo tendem a se concentrar na capital, Belém, e RMB, mas também nas regiões nordeste e sudeste do estado, coincidentemente regiões que também apresentam alto número de mortes de modo geral.

4. Considerações Finais

A presente pesquisa objetivou analisar a vitimização policiais militares do Estado do Pará, tendo como base as mortes violentas ocorridas por meio de homicídio e latrocínio no ano

Research, Society and Development, v. 9, n. 8, e153985549, 2020
(CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5549>

de 2019, no fito de traçar comparações com os achados de trabalhos anteriores, vislumbrando a possibilidade de identificar as circunstâncias em que tais mortes ocorreram e quais seus fatores determinantes. Nesse sentido, verificou-se que todas as vítimas pertenciam ao quadro de praças e foram mortas fora do horário de serviço, à exceção de um único caso em que o policial se encontrava fardado em deslocamento residência-trabalho.

Assim como apontado, foi possível encontrar indícios de que algumas das vítimas estivessem prestando serviço de segurança privada e, portanto, no exercício de uma atividade remunerada paralela à de agente da segurança pública, tendo em vista a necessidade de complementação de renda que, por sua vez, é resultante dos baixos salários pagos às categorias vitimadas.

De outra sorte, neste trabalho pode-se constatar que a maioria das ocorrências (21; 75%) foram registradas como homicídio. A arma de fogo foi o instrumento utilizado em todos os casos registrados. Alguns dos relatos nos boletins de ocorrência fazem referência à grande quantidade de tiros desferidos contra as vítimas. Esse dado é importante de ser salientado, na medida em que pode revelar um deliberado intuito dos algozes em executar o policial militar, o que pode estar vinculado ao fortalecimento de facções criminosas no Pará, do interior das quais partem ordens para a execução de policiais militares.

A distribuição espacial das ocorrências de violência letal mostrou que a capital do Estado concentra a maioria absoluta dos casos, enquanto poucos foram os registros em municípios fora da Região Metropolitana. Verificou-se, que, nos casos ocorridos no interior, a distribuição não se deu de forma regular. Em razão disso, pode-se concluir que esse não é um fenômeno presente em todo o Estado, mas restrito a algumas regiões e municípios específicos.

Por fim, cabe salientar que, embora não se possa fazer uma afirmação categórica, uma leitura mais atenta dos boletins de ocorrência pode suscitar a possibilidade de que algumas das vítimas tivesse algum envolvimento em crimes e, assim, se tomando vítimas potenciais. Assim, seria plausível explicar que várias dessas mortes estejam vinculadas a ordens advindas ou executadas por integrantes de facções criminosas, como se pode depreender dos relatos encontrados.

Na direção contributiva, este estudo propõe a realização de novas pesquisas que possam adensar o conhecimento acerca da vitimização de policiais militares e de outros atores ligados à segurança pública, como policiais civis, agentes penitenciários e guardas municipais. No mesmo sentido, que sejam asseguradas políticas públicas aos policiais militares, mormente a classe de praças, que visem a melhoria de seus salários, dando a eles melhor condição de vida e trabalho no fito de, assim, reduzir suas vulnerabilidades e vitimização.

Referências

Alves, M. V. C. *Vitimização de policiais militares no Estado do Pará: avaliação, modelagem e monitoramento estatístico*. (2020). Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará.

Bussab, W. O. & Morettin, P. A. (2017). *Estatística Básica*. 9ª ed. São Paulo: Saraiva.

Bassalo, F. S. & Mello, C. M. A. (2018). Análise da vitimização de policiais militares por homicídio, latrocínio e confronto: Pará 2017. In: II Congresso Internacional de Segurança e Defesa (SISD), Salvador. *Anais*.

Costa, E. M. C. et al. (2016). Quem protege o protetor: ocorrências com morte de policiais militares no Pará, 2011 a 2013. In: Almeida, S. D. S.; Ramos, E. M. L. S.; Chagas, C. A. N. (Org.) *Segurança e defesa: conflitos, criminalidade e tecnologia da informação*. Belém, UFPA. p. 249-262.

Duarte, E. N. P. M. (2019). *O risco não cessa quando o turno termina: um estudo sobre a morte de policiais militares fora do serviço*. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2018). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018*. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2018/>.

Fernandes, A. (2016). Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014). *Revista Brasileira de Segurança Pública*. 10 (2), 192-219.

GIL, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo: Atlas.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2019*. Disponível

Research, Society and Development, v. 9, n. 8, e153985549, 2020
 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5549>

em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada & FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2019). *Atlas da Violência 2019*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/12/atlas-2019>.

Mello, C. M. A. (2015). *Mesmo com o sacrifício da própria vida: a multiplicidade dos riscos na profissão Policial Militar*. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará.

Minayo, M. C. S. & Adomo, S. (2013). Risco e (in)segurança na missão policial. *Ciência e Saúde Coletiva*. 18 (3), p. 585-593. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n3/02.pdf>.

Minayo, M. C. S. et al. (2007). Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. *Caderno de Saúde Pública*. 23 (11), p. 2767-2779.

PARÁ. (2012). Decreto n. 414, de 4 de abril de 2012. Homologa a Resolução 185/12, do Conselho Estadual de Segurança Pública. *Diário Oficial do Estado do Pará*. Caderno 1, p. 6.

Sabbá, A. A. B. et al. (2018). Mortes de policiais militares no Pará: quem morreu? In: II Congresso Internacional de Segurança e Defesa, 2018, Salvador: *Anais*.

Sampó, C. (2018). Brasil: la re-significación de la violencia como resultado del avance de organizaciones criminales. *Revista de Estudios en Seguridad Internacional*, 4 (1), 127-146. Disponível em: <http://www.seguridadinternacional.es/revista/?q=content/vol-4-n%C3%BAmero-1-2018>.

Santos, T. S. B. S. et al. (2019). The cases of police deaths in the city of Belém-Pará-Brazil. *International Journal of Development Research*, 09 (01), p. 25151-25155. Disponível em: <https://www.journalijdr.com/sites/default/files/issue-pdf/14875.pdf>.

Research, Society and Development, v. 9, n. 8, e153985549, 2020
(CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5549>

UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime (2019). *Global study on homicide: homicide trends, patterns and criminal justice response*. Booklet2. Viena. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/Booklet2.pdf>.

Weber, M. (2011). *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Jefferson Fernando Barbosa – 40%

Andréa Bittencourt Pires Chaves – 30%

Silvia dos Santos de Almeida – 30%

CAPÍTULO 3 – PRODUTOS E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

Neste capítulo, em consonância com os objetivos desta dissertação e com os parâmetros dispostos para seu formato, são apresentados três produtos com vistas a contribuir, de um lado, com a instituição Polícia Civil no seu mister de confeccionar o registro dos boletins de ocorrência policial, de forma a reunir o máximo de informações possíveis sobre mortes violentas intencionais (modelo de BOP) e, de outro lado, com o cidadão usuário do sistema, oferecendo uma ferramenta de localização das unidades policiais onde podem ser registrados os boletins de ocorrência.

3.1 Produtos

3.1.1 Modelo de Boletim de Ocorrência Policial

O modelo de BOP é um produto apresentado em três partes: (i) os quesitos com informações indispensáveis ao registro; (ii) o modelo propriamente dito com a disposição de um texto encadeando as informações que devem constar no BOP; e (iii) um exemplo hipotético de registro.

MODELO DE BOP PARA OS CASOS DE MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS

PARTE 1 - QUESITOS

- 1- Quem está registrando. (dados do relator: sexo -masculino/feminino; nome; filiação; data de nascimento; endereço; telefone)
- 2- Parentesco do relator com a vítima. (ou Tipo de relação com a vítima – considerando quando não existir nenhum grau de parentesco, como vizinho, amigo, conhecido, autoridade policial, e outros)
- 3- Dados completos da vítima (nome; filiação; data de nascimento; estado civil; endereço; com ou sem filhos; profissão)
- 4- Detalhar o dia e a hora em que se deu o fato criminoso ou quando recebeu a informação, e como foi informado (meio informado).
- 5- Caso não tenha presenciado os fatos, detalhar quem foi a pessoa que lhe passou a informação sobre o crime, dando, se possível, o nome, contato e endereço desta pessoa ou qualquer outro lugar em que possa ser encontrada.

- 6- Detalhar minuciosamente como ocorreu o fato criminoso registrando o tipo de veículo, arma utilizada, características dos criminosos, trajes usados e todas as informações repassadas.
- 7- Informações das quais tenha conhecimento sobre a motivação do crime ou comentários que o relator tenha ouvido após o homicídio sobre tal motivação.
- 8- Relatar se a vítima era envolvida com o crime, se já havia sido presa, se sofria ameaças e se tinha alguma inimizade e temperamento social.
- 9- Tentar coletar o máximo de dados desse relator.

PARTE 2 - MODELO DE BOP PARA SER PREENCHIDO

O relator acima identificado, na qualidade de _____ (*grau de parentesco com a vítima*), comparece nesta _____ (*informar o nome da unidade policial*) para comunicar que _____ (*dados completos da vítima*), foi assassinado em ___/___/___ por volta das ___:___ horas, na _____ (*informar dia, horário e endereço, pois mesmo tendo esses dados na ocorrência o entendimento se torna melhor*). No dia ___/___/___, por volta das ___:___ horas (*informar o dia e a hora em que o relator foi informado sobre o crime*), o relator estava _____ (*informar o local em que o relator estava quando recebeu a informação sobre o crime*), quando recebeu _____ (*informar como o relator soube do fato, se zap, ligação, pessoalmente, informando o número de seu telefone em que recebeu esta informação, se possível*), feita por _____ (*informar quem foi a pessoa que lhe informou sobre o crime, se for o caso, coletando com o relator os dados dessa pessoa, como nome endereço e telefone, se souber*), o qual lhe informou que a vítima _____ (*relatar como ocorreu o crime, os algozes, o veículo, quantos eram, tipo de arma usada, quantidade de tiros escutados, espaçamento entre eles, características físicas*). Esses homens, após os disparos, fugiram _____ (*informar como ocorreu a fuga, a direção tomada*). O relator desconhece a motivação criminosa _____ (*informar se o relator tem conhecimento da motivação criminosa, se a vítima tinha envolvimento com o crime, se já havia sido presa, estava recebendo ameaças e seu temperamento social, se possível*). Registra para providências.

PARTE 3 - EXEMPLO HIPOTÉTICO DE BOP RELATANDO HOMICÍDIO

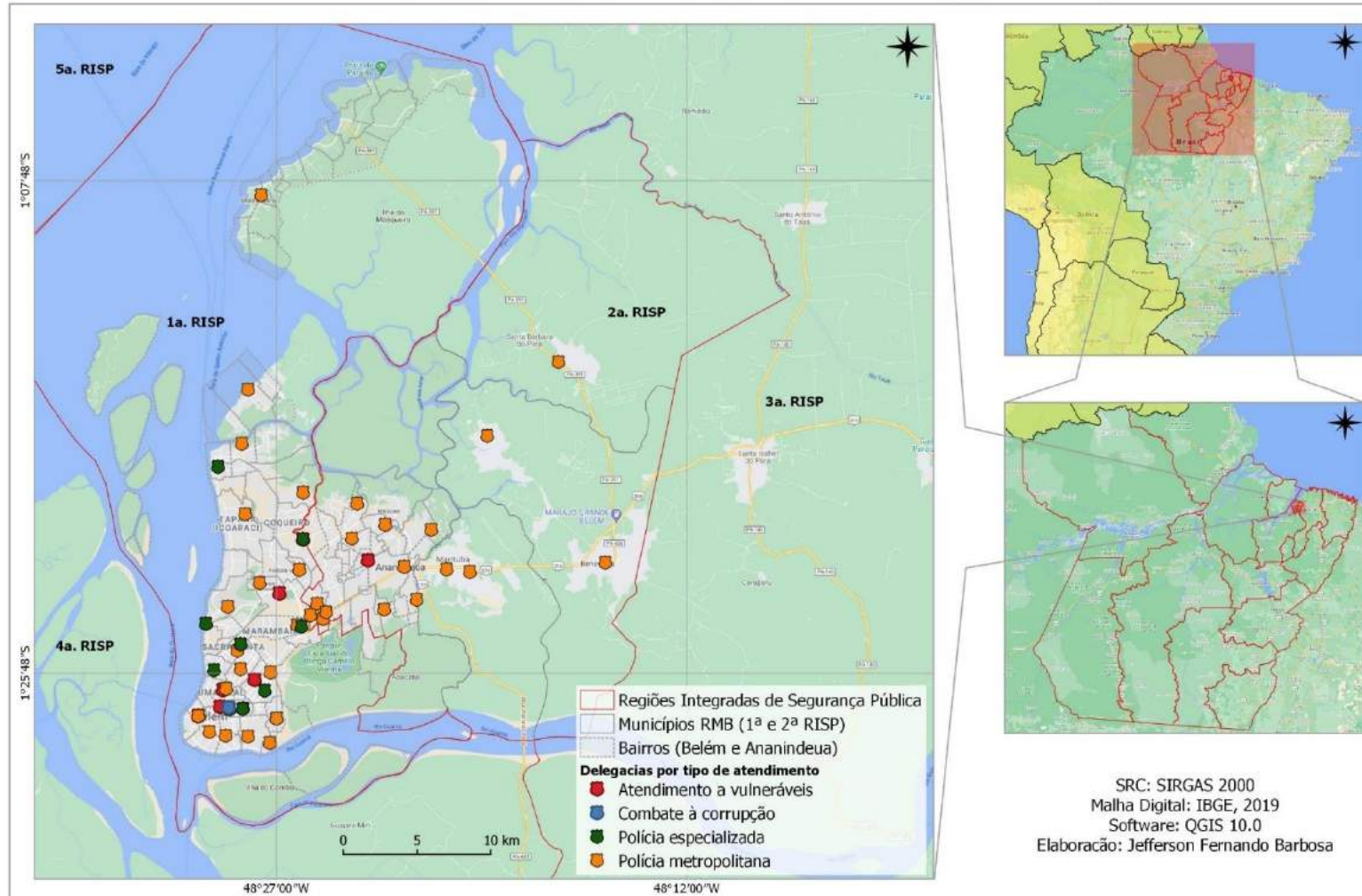
O relator acima identificado, na qualidade de GENITOR, comparece nesta *Divisão de Homicídios* para comunicar que seu filho *JOÃO DA SILVA, brasileiro, solteiro, ensino fundamental, autônomo, nascido aos 01/01/2000 em Belém/PA, filho do genitor e de MARIA DA SILVA, RG 000000, telefone celular (91) 90000-0000, residente na rua paz, nº 00, bairro Guamá, Belém/PA*, foi assassinado em *02/07/2020 por volta das 10:00 horas, na Rua da Paz, Guamá, Belém/PA*. No dia *02/07/2020*, por volta das *10:30 horas*, o relator estava em seu local de trabalho, na Feira do Guamá, quando *recebeu uma ligação em seu telefone celular de nº (91) 00000000*, feita por seu sobrinho *ANTÔNIO DA SILVA, brasileiro, residente na Rua da Paz, nº 000, bairro Guamá, telefone: (91) 00000000*, o qual lhe informou que *JOÃO* estava trafegando em sua bicicleta pela Rua da Paz, quando *3 homens, que estavam em um veículo FORD KA COR BRANCA placa não identificada*, desceram do veículo e passaram a *efetuar vários disparos* em direção à vítima que caiu no chão. Foram ouvidos cerca de *5 disparos* e os homens eram *altos, fortes, não tinham características de pessoas muito jovens, usavam máscaras nos rostos que deixavam à mostra somente os olhos*. Os homens portavam armas de fogo semelhantes a *pistolas*. Esses homens, após os disparos, fugiram no veículo e, segundo os comentários repassados para ANTÔNIO, *rumaram em direção ao bairro da Terra Firme*, sendo que no veículo *havia 4 homens* e um deles, o motorista, não chegou a descer. *o relator desconhece a motivação criminosa* e não tem conhecimento se seu filho *JOÃO* era envolvido com pessoas ligadas ao crime. Informa que *JOÃO tinha um temperamento tranquilo, era usuário de drogas, tendo sido apreendido quando menor de idade e preso uma única vez no ano de 2019 por roubo*, porém estava *em liberdade condicional*. Não teve conhecimento de que *JOÃO* pudesse estar sofrendo alguma ameaça ou se tinha algum desafeto. Registra para providências.

3.1.2 Mapeamento das unidades policiais na RMB (1ª e 2ª RISP)

O segundo produto apresentado como parte integrante desta Dissertação é um mapeamento das unidades da Polícia Civil nas quais é possível o registro do BOP. Dentre as unidades policiais estão as Seccionais Urbanas, Delegacias de Polícia, Divisões de Polícia Especializada, as Unidades Integradas Pró-Paz (UIPP) e os Serviços Policiais de Controle de Crimes Violentos (SPCCV). Estes últimos estão instalados nos três hospitais de pronto socorro da Grande Belém.

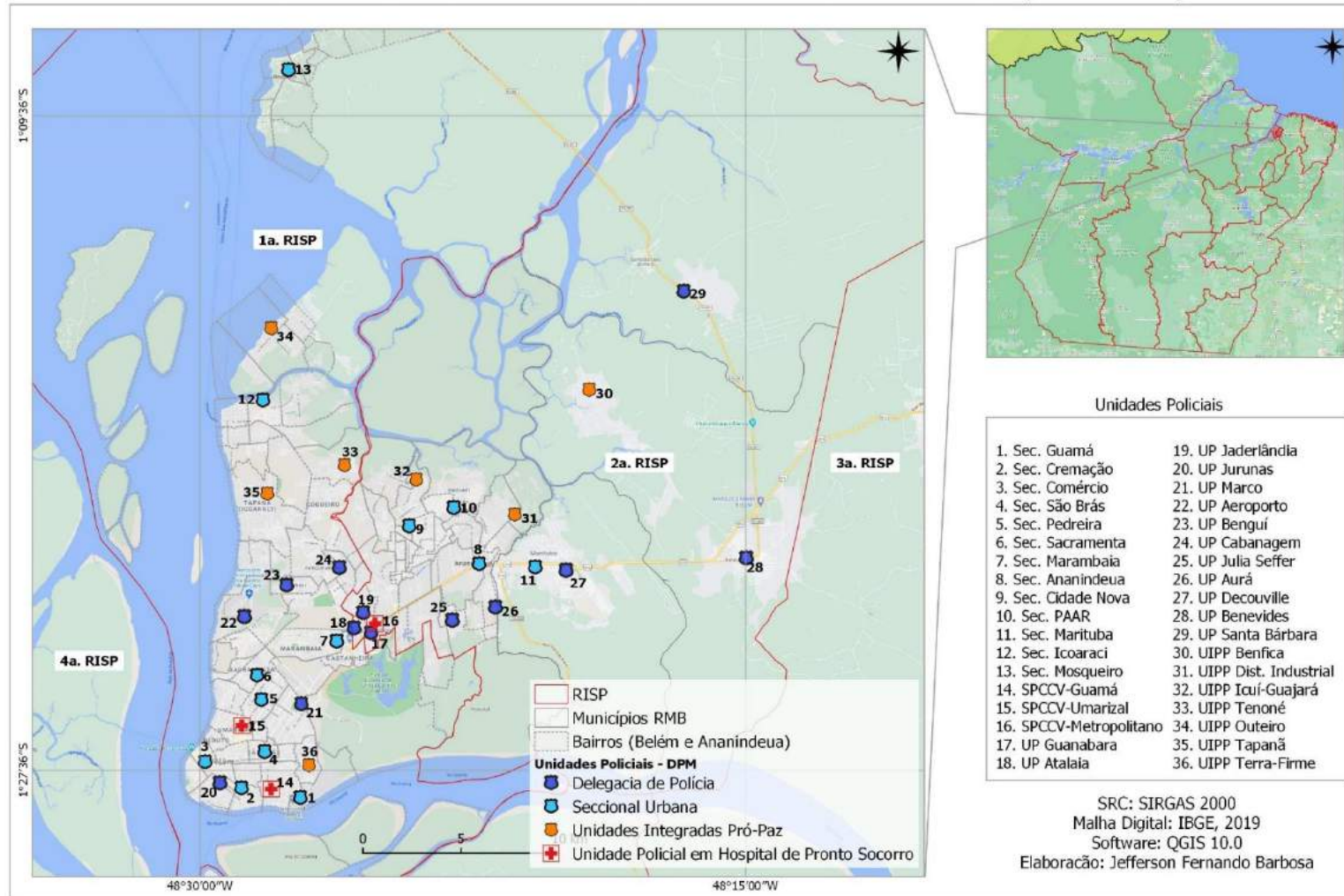
O mapeamento das unidades policiais foi realizado a partir da elaboração de três mapas. O primeiro mapa mostra todas as unidades da Polícia Civil, de acordo com a diretoria à qual são vinculadas, isto é, Diretoria de Polícia Metropolitana - DPM, Diretoria de Polícia Especializada - DPE, Diretoria de Atendimento a Grupos Vulneráveis e Diretoria de Combate à Corrupção. O segundo mapa trata especificamente das unidades vinculadas à Diretoria de Polícia Metropolitana, aí incluídas as delegacias de polícia, as seccionais urbanas, as unidades integradas Pró-Paz e os serviços de registro nos prontos socorros. O terceiro mapa, por sua vez, trata das unidades policiais vinculadas à Diretoria de Polícia Especializada, à Diretoria de Atendimento a Grupos Vulneráveis e à Diretoria de Combate à Corrupção.

Mapa 1 - Unidades da Polícia Civil do Pará na Região Metropolitana de Belém - RMB (1ª e 2ª RISP) em 2021.



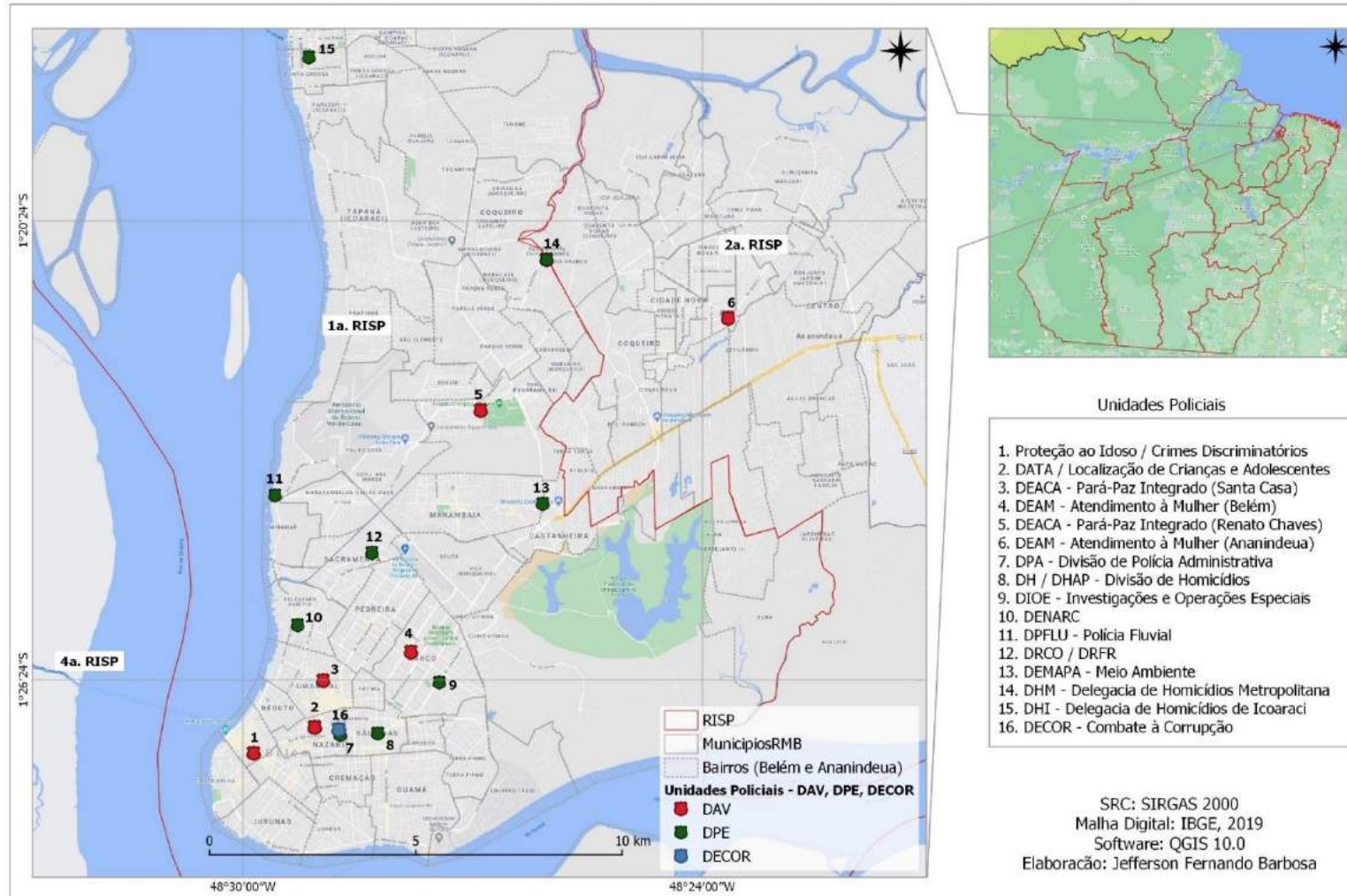
Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados disponíveis no site da Polícia Civil do Pará, 2021

Mapa 2 - Unidades da Polícia Civil do Pará vinculadas à Diretoria de Polícia Metropolitana, na Região Metropolitana de Belém - RMB (1ª e 2ª RISP), em 2021.



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados disponíveis no site da Polícia Civil do Pará, 2021

Mapa 3 - Mapa 3 - Unidades da Polícia Civil do Pará vinculadas às Diretorias DPE, DAV e DECOR, na Região Metropolitana de Belém - RMB (1ª e 2ª RISP), em 2021.



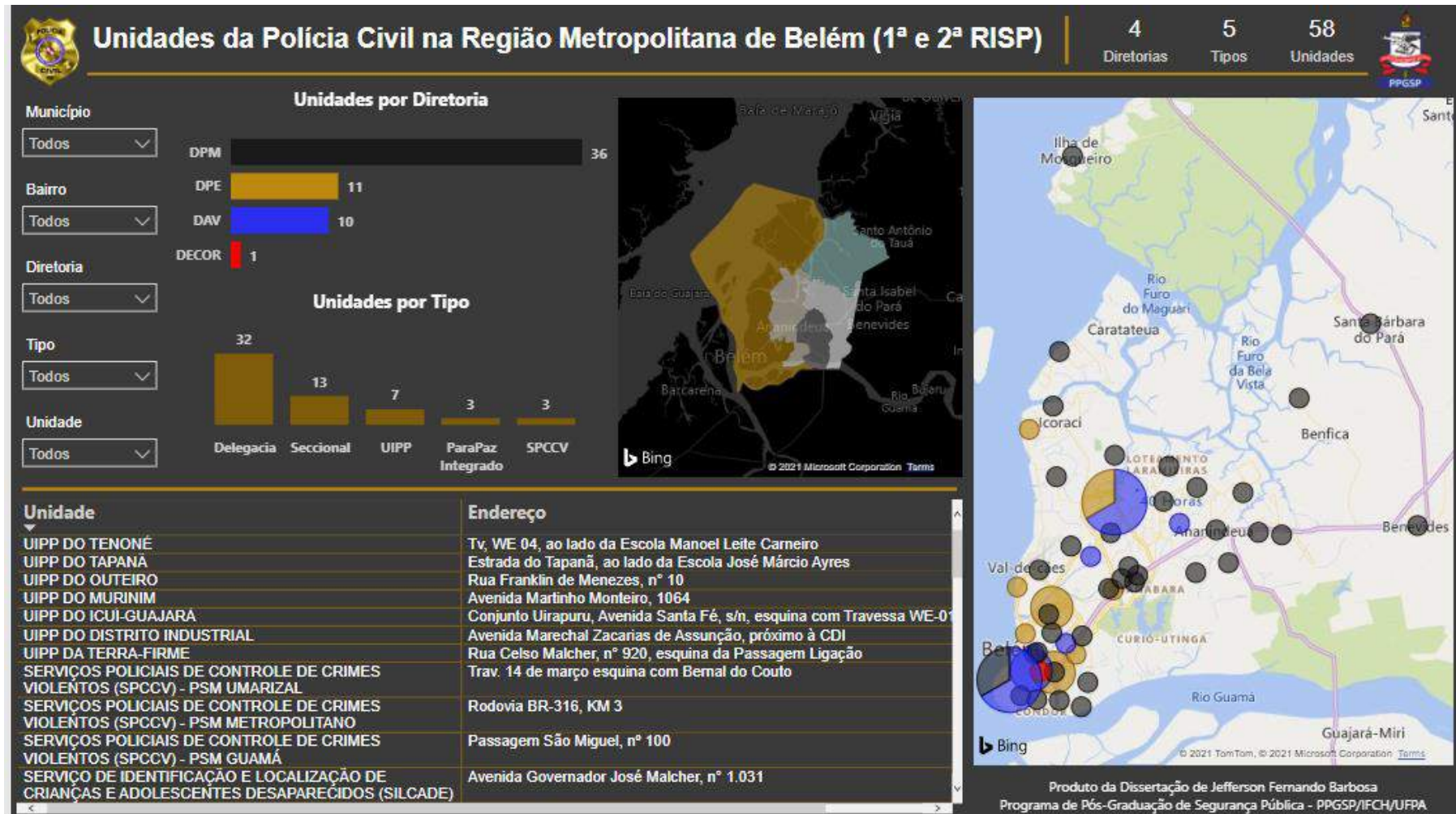
Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados disponíveis no site da Polícia Civil do Pará, 2021

3.1.3 Painel de localização das unidades da Polícia Civil do Pará na RMB (1ª e 2ª RISP)

O terceiro produto resultante desta pesquisa é um painel (dashboard) de localização das unidades da Polícia Civil na Região Metropolitana de Belém - RMB, nos municípios vinculados a 1ª e 2ª RISP. O painel é uma ferramenta dinâmica e tem como principal característica a possibilidade de interação do usuário com o dashboard.

Nesse sentido, uma vez acessado o painel, por meio de um *link* no site da Polícia Civil do Pará, é possível ao cidadão selecionar a unidade policial a partir dos menus disponíveis (Município, Bairro, Diretoria, Tipo, Unidade) com um simples clique no *mouse*. O dashboard foi elaborado a partir dos endereços constantes na página da Polícia Civil na Internet e configurado no *Microsoft Power BI*, uma ferramenta de análise e visualização de dados (Business Intelligence). A tela inicial da ferramenta é mostrada na Figura 4.

Figura 4 - Tela inicial do dashboard com os menus de interação disponíveis ao usuário



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados disponíveis no site da Polícia Civil do Pará, 2021

3.2 Propostas de intervenção

1) Título da proposta: Inserção de painel interativo (dashboard) de localização das unidades da Polícia Civil

Objetivo: Facilitar o acesso aos endereços das unidades policiais por meio da interação do usuário com o dashboard disponibilizado no site da Polícia Civil do Pará

Quem pode executar: Setor da Polícia Civil responsável pelo gerenciamento do site da Instituição na Internet.

Resultados esperados: Ampla divulgação, ao cidadão usuário, dos endereços das delegacias de polícia e demais unidades onde se pode efetuar o registro do boletim de ocorrência policial.

2) Título da proposta: Distribuição, à população em geral, de um folder com a localização das unidades da Polícia Civil.

Objetivo: Facilitar o acesso aos endereços das unidades policiais por meio de folders à população, tendo em vista que nem todos têm a possibilidade de uso da Internet.

Quem pode executar: Setor da Polícia Civil responsável pela comunicação visual da Instituição.

Resultados esperados: Ampla divulgação, ao cidadão sem acesso à Internet, dos endereços das delegacias de polícia e demais unidades onde se pode efetuar o registro do boletim de ocorrência policial.

3) Título da proposta: Capacitação dos servidores responsáveis pela confecção do BOP, nos casos de registro de mortes violentas intencionais.

Objetivo: Informar os servidores responsáveis pela confecção do registro acerca da necessidade do preenchimento adequado do boletim de ocorrência policial, tendo em vista seu uso nas investigações policiais e nas estatísticas criminais.

Quem pode executar: Academia de Polícia Civil.

Resultados esperados: A partir da sensibilização e incentivo aos policiais civis responsáveis pela confecção do BOP, espera-se obter ao final registros mais bem elaborados e, por isso mesmo, de maior utilidade nas investigações e nos relatórios estatísticos.

4) Título da proposta: Inserção dos dados da vítima na parte 1 (identificação) do BOP impresso, nos casos de registros de mortes violentas intencionais.

Objetivo: Facilitar a identificação e qualificação da vítima, tendo em vista as investigações policiais subsequentes bem como a busca em bancos de dados.

Quem pode executar: Diretoria de Informática, Manutenção e Estatística da Polícia Civil.

Resultados esperados: Melhora das investigações e análises criminais a partir dos dados da vítima e seus vínculos nos bancos de dados.

CAPÍTULO 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

4.1 Considerações finais

Este estudo objetivou analisar o Boletim de Ocorrência Policial com vistas a verificar seu uso como ferramenta para análise criminal e para os estudos acadêmicos sobre mortes violentas intencionais. As fontes para tal estudo foram: (i) um banco de dados, em formato de planilha eletrônica, com o total de mortes violentas intencionais, ocorridas no ano de 2019, e (ii) boletins de ocorrência policial extraídos, em sua forma impressa, do sistema informatizado da Polícia Civil. Para tanto, foram produzidos dois artigos científicos.

O Artigo 1 teve por objetivo fazer uma revisão integrativa da literatura no intuito ter conhecimento dos estudos sobre o uso do boletim de ocorrência policial como fonte de dados, para identificar as características que lhe conferem completude e confiabilidade, tanto para a análise criminal, via órgãos governamentais, quanto para as pesquisas científicas sobre a criminalidade. O estudo de revisão da literatura permitiu fazer, no tocante à confiabilidade e completude dos dados extraídos do boletim de ocorrência policial, duas constatações ao menos: a falta de qualidade dos dados criminais pode, e deve, ser atenuada a partir da: (i) comparação de duas ou mais fontes de dados, bem como (ii) pela integração das fontes. Esse exercício de comparação foi realizado quando da elaboração do artigo sobre vitimização policial, por exemplo. Assim, foi possível constatar que os boletins de ocorrência policial ou registros administrativos de criminalidade necessitam de maior robustez de informações nele contidas.

O Artigo 2 tratou da vitimização de policiais militares no estado do Pará, com base no banco de dados disponibilizado pela SIAC e num levantamento feito junto à Delegacia de Homicídios de Agentes Públicos (DHAP), que tem por função investigar esse tipo de morte violenta. Os resultados desse artigo apontaram para o fato de que mais de 60% das mortes ocorreram na Região Metropolitana de Belém, sendo que as mortes tiveram lugar em apenas 14 dos 144 municípios do estado do Pará. Os homicídios concentraram 75% dos registros, enquanto 25% foram registrados como latrocínio. A arma de fogo foi o instrumento utilizado em 100% dos boletins registrados. Além disso, as vítimas eram da classe de praças, que compreende os postos de soldado a subtenente, o que sugere a maior vulnerabilidade e vitimização a que está submetida essa parcela de policiais militares.

Nesse sentido, os objetivos traçados para o tema dessa dissertação foram alcançados na medida em que se pode verificar o uso do boletim de ocorrência policial como fonte para os estudos acadêmicos sobre cifras de criminalidade violenta, como mostrado no artigo 1, bem como para a análise criminal, conforme dados do artigo 2.

Não obstante a realização dos objetivos propostos para este estudo, os artigos elaborados, mormente o sobre vitimização policial, que tomou por fonte a base de dados disponibilizada, mostraram a necessidade de padronização dos boletins de ocorrência, tendo em vista a construção de relatórios de análise criminal e de estudos sobre as mortes violentas que possam subsidiar ações e políticas públicas de combate e controle da letalidade.

A partir das constatações desta pesquisa, foram propostos como produto (i) um modelo de boletim de ocorrência no caso dos registros de morte violenta composto por um conjunto de dados referentes ao contexto do fato, à vítima, ao relator e, quando possível, ao autor, tidos como imprescindíveis para tornar mais fácil as investigações e as análises criminais.

A esse respeito, verificou-se, a partir da leitura e análise do conteúdo dos boletins de ocorrência, a necessidade premente de se voltar a atenção para os processos de capacitação dos servidores responsáveis pela confecção do BOP nos casos de registro de mortes violentas intencionais, aí incluídos todas as categorias da Polícia Civil, investigadores, escrivães, delegados e outros servidores que, porventura, tenham também essa atribuição, uma vez que é de grande importância levar ao conhecimento desses servidores a necessidade do preenchimento adequado do boletim de ocorrência policial, para que, sensibilizando-os e os incentivando, se possa, ao final, obter registros mais bem elaborados e, por isso mesmo, mais bem utilizados nas investigações policiais e nas estatísticas criminais.

O segundo produto elaborado trouxe (ii) um mapeamento das unidades policiais onde podem ser registrados os boletins de ocorrência, o que possibilitará o deslocamento do cidadão usuário do sistema de segurança pública para a unidade mais próxima de sua residência ou de onde tenha ocorrido o fato delituoso. Da mesma forma, o terceiro produto, (iii) um painel (dashboard) com gráficos e mapas dinâmicos, a ser inserido no página da Polícia Civil, na internet, permitirá uma maior interação, possibilitando ao cidadão usuário do sistema localizar com mais facilidade a unidade policial mais próxima para efetuar o registro do BOP.

4.2 Recomendações para trabalhos futuros

Um trabalho de pesquisa, por mais acurado que seja, nunca estará completo. O presente estudo trouxe algumas contribuições para um maior conhecimento sobre os registros do boletim de ocorrência policial cujos exemplos são os produtos apresentados na Seção 3.1. No entanto, algumas lacunas não puderam ser devidamente exploradas. Destarte, sugere-se que outros estudos possam ser realizados, no sentido de contribuir para um entendimento ainda maior sobre a confecção do boletim de ocorrência e sobre o uso que se faz dele administrativa e academicamente. Assim, recomenda-se:

(i) Analisar os boletins de ocorrência policial registrados sobre delitos tais como roubo, furto, estupro, dentre outros, para verificar se há falta de dados imprescindíveis nesses BOPs e quais são esses dados faltantes;

(ii) Fazer um estudo qualitativo cujos instrumentos sejam questionário, formulário ou entrevista com os responsáveis pela confecção do BOP, no fito de encontrar razões pelas quais há falhas no preenchimento dos dados do BOP.

(iii) Analisar comparativamente BOPs de outras unidades da Federação, procurando estabelecer as melhores práticas na sua confecção.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias [online]**. n. 8, v. 337, p. 84-135, 2002.
- ALMEIDA, L. S. **Território, poder e violência urbana: agentes territoriais e os crimes violentos letais em Macapá**. 2017. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
- BARATA, R. B.; RIBEIRO, M. C. S. A; SORDI, M. Desigualdades sociais e homicídios na cidade de São Paulo em 1998. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 11, p.3-13, 2008.
- BARDIN, L. **Análise do discurso**. Lisboa: Edições, v. 70, 1977.
- BATITUCCI, E. C. As limitações da contabilidade oficial de crimes no Brasil: o papel das instituições de pesquisa e estatística. **São Paulo em Perspectiva**, v. 21, n. 1, p.7-18, 2007.
- BERNARDO, A. M. C. S. **Patrulha Maria da Penha: impactos na fiscalização do cumprimento das medidas protetivas de urgência em casos de violência doméstica contra a mulher no município de Belém- Pará**. 2019. 168 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública). Instituto de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- BOBA, R. **Introductory Guide to Crime Analysis and Mapping**. Community Oriented Policing Services, 2001.
- BRASIL. Decreto-Lei Nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. 1941a.
- BRASIL. Decreto-Lei Nº 3.992, de 30 de dezembro de 1941. **Dispõe sobre a execução das estatísticas criminais, a que se refere o art. 809 do Código de Processo Penal**. 1941b.
- BRASIL. Decreto-Lei Nº 3.992, **modelo de boletim individual**, 1941c.
- BRASIL. Lei Nº 12.681, de 04 de julho de 2012. **Institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas - SINESP e dá outras providências**. 2012.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Ocorrências Criminais - Sinesp** - Conjuntos de dados, 2020. Disponível em: <http://dados.mj.gov.br/dataset/sistema-nacional-de-estatisticas-de-seguranca-publica>. Acesso em: 6 abr. 2020.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Caderno Temático de Referência: investigação de homicídios**. Brasília, 2014.
- BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica**. São Paulo: Saraiva, 2017.
- CERQUEIRA, D. R. C. **Causas e consequências do crime no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDS, 2014.

CORRÊA, R. S. S.; LOBO, M. A. A. Distribuição espacial dos homicídios na cidade de Belém (PA): entre a pobreza/vulnerabilidade social e o tráfico de drogas. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, p. 1-17, 2019.

DANTAS, G. F. L.; SOUZA, N. G. **As bases introdutórias da análise criminal na inteligência policial**. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM, 2004.

DURANTE, M. O. Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal. **Coleção Segurança com Cidadania**, n. 2, p. 181-203, 2009.

ENGEL, C. L. et al. **Diagnóstico dos homicídios no Brasil**: subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasil, 2015.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário de Segurança Pública**, 2020.

FERRO JÚNIOR, C. M. **A inteligência e a gestão da informação policial**. Brasília: Fortium ed., 2008.

GAWRYSZEWSKI, V. P.; KAHN, T.; MELLO JORGE, M. H. P. Informações sobre homicídios e sua integração com o setor saúde e segurança pública. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 4, p. 627-633, 2005.

GOTTLIEB, S.; ARENBERG, S. **Crime Analysis**: from concept to reality. Office of Criminal Justice Planning, 1991.

GUIMARÃES, R. O papel do desemprego nas altas taxas de homicídio entre os jovens no Brasil metropolitano. In: O Panorama dos Homicídios no Brasil. **Segurança, Justiça e Cidadania**, n. 6, p. 183-202, 2011.

HAGEN, M. M.; GRIZA, A. Pesquisa qualitativa de homicídios com base em registros policiais: limites e possibilidades. In: O Panorama dos Homicídios no Brasil. **Segurança, Justiça e Cidadania**, n. 6, p. 121-140, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Comitê de Estatísticas Sociais**. Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/index.php>. Acesso em: 5 abr. 2020.

IPEA-FBSP. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da violência**, 2018.

IPEA-FBSP. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da violência**, 2020.

LOUREIRO, V. R. **A pesquisa nas Ciências Sociais e no Direito**. Belém: Cultural B ed., 2019.

PARÁ. Governo do Estado do Pará. Lei Complementar N° 072, de 20 de abril de 2010. **Altera a Lei Complementar N° 027/1995 e dá outras providências**. 2010.

PARÁ. Governo do Estado do Pará. Lei Complementar Nº 076, de 28 de dezembro de 2011. **Altera a Lei Complementar nº 027/1995 e dá outras providências.** 2011

PARÁ. Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Resolução Nº 185, de 19 de fevereiro de 2012. **Aprova a delimitação das Regiões Integradas de Segurança Pública,** 2012

PARÁ. PRODEPA. Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará. **Manual do SISP,** 2014. Disponível em: <https://www.sistemas.pa.gov.br/sisp/help/pdf/manual.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.

PERES et al. Homicídios, desenvolvimento socioeconômico e violência policial no Município de São Paulo, Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública.** v. 23, p. 268-276, 2008.

PROVDANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico, 2.ed., Rio Grande do Sul: Editora Universidade Feevale, 2013.

RATTON, J. L.; ALENCAR, E. Construyendo un programa de investigación sobre grupos de exterminio: desconfianza, mercados de protección privada y organizaciones criminales en Brasil. **URVIO. Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad,** n. 8, p. 88-97, 2009.

REMÉDIOS, M. A. R. **Criminalidade e urbanização:** estudo das relações espaciais e multivariada dos crimes de tráfico de drogas e homicídio. 2013. 69 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil, 2013.

ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha:** policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SAMPÓ, C. Brasil: la re-significación de la violencia como resultado del avance de organizaciones criminales. **Revista de Estudios en Seguridad Internacional,** v. 4, n. 1, 2018.

SERRANO, C. Boletim de ocorrência policial militar - Jus.com.br | **Jus Navigandi,** 2017.

SILVEIRA JUNIOR, R. S. **Homicídio em Marabá:** a desinformação da informação na construção do perfil da vítima, do agressor e do delito, 2013. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

SOUSA, C. A. M.; SILVA, C. M. F. P.; SOUZA, E. R. O efeito do contexto sobre a incidência de homicídios: existem evidências suficientes? **Interface-Comunicação, Saúde, Educação [online],** 2018.


UNODC. United Nations on Drugs and Crime. **Global Study on homicide:** understanding homicide (Booklet 3), Viena: UNODC, 2019.

VALVERDE, R. R. H. F. Múltiplos padrões territoriais para a governança do tráfico de drogas no rio de janeiro. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 03-15, 2013.

ZALUAR, A.; NORONHA, J. C. DE; ALBUQUERQUE, C. Violência: pobreza ou fraqueza institucional? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 10, n.1, p. S213–S217, 1994.

ANEXOS

ANEXO A – Ofício encaminhado à SIAC, solicitando o banco de dados



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

OFÍCIO Nº 027/2020-PPGSP

A Sua Excelência Senhor Carlos André Viana Costa
Secretário Adjunto de Inteligência e Análise Criminal
Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará

Assunto: Solicitação de acesso a dados referentes aos crimes de CVLI e MIAE na Região Metropolitana de Belém, 2018-2019

Senhor Secretário,


O programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Federal do Pará (UFPA), cumprimenta Vossa Excelência e, na oportunidade, apresenta o Sr. **Jefferson Fernando Barbosa**, orientando da **Profa. Dra. Andréa Bittencourt Pires Chaves**, professora do PPGSP, na área de concentração “Segurança Pública, Justiça, Conflitos e Cidadania”, e linha de pesquisa “Políticas, Gestão, Direitos Humanos, Criminalidade e Tecnologia da Informação”

O objetivo do presente Ofício é solicitar a Vossa Excelência autorização para que o Sr. **Jefferson Fernando Barbosa** possa proceder pesquisa documental neste Órgão, em especial para que forneça o recorte do Banco de Dados referente: **aos crimes de CVLI (Crimes Violentos Letais Intencionais - homicídio, Latrocínio, Lesão Corporal Seguida de Morte) e MIAE (Morte por Intervenção de Agente do Estado) registrados nas delegacias da Região Metropolitana de Belém no período de 01 janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019** (banco de dados completo dos anos de 2018 e 2019).

Tais informações possibilitarão elaboração de Dissertação e publicação de artigo científico, necessários à obtenção do título de Mestre em Segurança Pública pelo PPGSP/UFPA cujos resultados poderão ser utilizados na elaboração de futuras políticas públicas na área da Segurança Pública.

Congratulando a Vossa Excelência e equipe, colocamo-nos à disposição e agradecemos a receptividade e guarida à nossa solicitação, enquanto despedimo-nos em cordiais saudações.

Atenciosamente,



Prof. Dra. Silvia dos Santos de Almeida
Coordenadora – PPGSP/UFPA
Portaria Nº 5686/2018 – Reitoria

Recebido em
14 04 2020
Wanessa Brandão

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – Campus Universitário do Guamá – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública – Av. Augusto Corrêa, N.º 01, Belém-PA – CEP: 66.075-900 – telefone: +55 (091) 3201-7798 – e-mail: ppgspsecretaria@gmail.com

ANEXO B – Normas da Revista International Journal of Development Research

Disponível em: <http://www.journalijdr.com/instructions-authors>

Instructions for Authors

The **International Journal of Development Research (IJDR) (ISSN 2230-9926)** publishes high-quality solicited and unsolicited articles, in English, in all areas of the subject. The journal welcomes the submission of manuscripts that meet the general criteria of significance and academic excellence. All articles published in IJDR will be peer-reviewed. Papers will be published in the next issue of the journal after acceptance.

The **International Journal of Development Research (IJDR) (ISSN 2230-9926)** will be published monthly (one volume; 12 Issues per year) by Academe Research Journals.

Electronic submission of manuscripts is strongly encouraged, provided that the text, tables, and figures are included in a single Microsoft Word file (preferably in Arial font).

Submit manuscripts as e-mail attachment to the Editorial Office at:

journalijdr.editor@gmail.com, researchijdr@yahoo.com

A manuscript number will be e-mailed to the corresponding author same day or within 72 hours.

The **cover letter** should include the corresponding author's full address and telephone numbers and should be in an e-mail message sent to the Editor, with the file, whose name should begin with the first author's surname, as an attachment. The authors may also suggest two to five reviewers for the manuscript (IJDR may designate other reviewers).

The International Journal of Development Research (IJDR) (ISSN 2230-9926) will only accept manuscripts submitted as e-mail attachments.

Article Types Three types of manuscripts may be submitted:

Regular articles: These should describe new and carefully confirmed findings, and experimental procedures should be given in sufficient detail for others to verify the work. The length of a full paper should be the minimum required to describe and interpret the work clearly.

Short Communications: A Short Communication is suitable for recording the results of complete small investigations or giving details of new models or hypotheses, innovative methods, techniques or apparatus. The style of main sections need not conform to that of full-length papers. Short communications are 2 to 4 printed pages (about 6 to 12 manuscript pages) in length.

Review: Submissions of reviews and perspectives covering topics of current interest are welcome and encouraged. Reviews should be concise and no longer than 4-6 printed pages (about 12 to 18 manuscript pages). Reviews manuscripts are also peer-reviewed.

Regular articles

All portions of the manuscript must be typed double-spaced and all pages numbered starting from the title page.

The **Title** should be a brief phrase describing the contents of the paper. The Title Page should include the authors' full names and affiliations, the name of the corresponding author along with phone, fax and E-mail information. Present addresses of authors should appear as a footnote.

The **Abstract** should be informative and completely self-explanatory, briefly present the topic, state the scope of the experiments, indicate significant data, and point out major

findings and conclusions. The Abstract should be 100 to 200 words in length. Complete sentences, active verbs, and the third person should be used, and the abstract should be written in the past tense. Standard nomenclature should be used and abbreviations should be avoided. No literature should be cited.

Following the abstract, about 3 to 10 **key words** that will provide indexing references to should be listed. A list of non-standard **Abbreviations** should be added. In general, non-standard abbreviations should be used only when the full term is very long and used often. Each abbreviation should be spelled out and introduced in parentheses the first time it is used in the text. Only recommended SI units should be used.

The **Introduction** should provide a clear statement of the problem, the relevant literature on the subject, and the proposed approach or solution. It should be understandable to colleagues from a broad range of scientific disciplines.

Materials and methods should be complete enough to allow experiments to be reproduced. However, only truly new procedures should be described in detail; previously published procedures should be cited, and important modifications of published procedures should be mentioned briefly. Capitalize trade names and include the manufacturer's name and address. Subheadings should be used. Methods in general use need not be described in detail.

Results should be presented with clarity and precision. The results should be written in the past tense when describing findings in the authors' experiments. Previously published findings should be written in the present tense. Results should be explained, but largely without referring to the literature. Discussion, speculation and detailed interpretation of data should not be included in the Results but should be put into the Discussion section.

The **Discussion** should interpret the findings in view of the results obtained in this and in past studies on this topic. State the conclusions in a few sentences at the end of the paper. The Results and Discussion sections can include subheadings, and when appropriate, both sections can be combined.

The **Acknowledgments** of people, grants, funds, etc should be brief.

Tables should be kept to a minimum and be designed to be as simple as possible. Tables are to be typed double-spaced throughout, including headings and footnotes. Each table should be on a separate page, numbered consecutively in Arabic numerals and supplied with a heading and a legend. Tables should be self-explanatory without reference to the text. The details of the methods used in the experiments should preferably be described in the legend instead of in the text. The same data should not be presented in both table and graph form or repeated in the text.

Figure legends should be typed in numerical order on a separate sheet. Graphics should be prepared using applications capable of generating high resolution GIF, TIFF, JPEG or PowerPoint before pasting in the Microsoft Word manuscript file. Tables should be prepared in Microsoft Word. Use Arabic numerals to designate figures and upper case letters for their parts (Figure 1). Begin each legend with a title and include sufficient description so that the figure is understandable without reading the text of the manuscript. Information given in legends should not be repeated in the text.

References: In the text, a reference identified by means of an author's name should be followed by the date of the reference in parentheses. When there are more than two authors, only the first author's name should be mentioned, followed by 'et al'. In the event that an author cited has had two or more works published during the same year, the reference, both in the text and in the reference list, should be identified by a lower case letter like 'a' and 'b' after the date to distinguish the works.

Examples:

Abayomi (2000), Agindotan et al. (2003), (Kelebeni, 1983), (Usman and Smith, 1992), (Chege, 1998; Chukwura, 1987a, b; Tijani, 1993, 1995), (Kumasi et al., 2001)

References should be listed at the end of the paper in alphabetical order. Articles in preparation or articles submitted for publication, unpublished observations, personal communications, etc. should not be included in the reference list but should only be mentioned in the article text (e.g., A. Kingori, University of Nairobi, Kenya, personal communication). Journal names are abbreviated according to Chemical Abstracts. Authors are fully responsible for the accuracy of the references.

Examples:

Ogunseitan OA (1998). Protein method for investigating mercuric reductase gene expression in aquatic environments. *Appl. Environ. Microbiol.* 64:695–702.

Gueye M, Ndoye I, Dianda M, Danso SKA, Dreyfus B (1997). Active N₂ fixation in several *Faidherbia albida* provenances. *Ar. Soil Res. Rehabil.* 11:63-70.

Charnley AK (1992). Mechanisms of fungal pathogenesis in insects with particular reference to locusts. In: Lomer CJ, Prior C (eds) *Biological Controls of Locusts and Grasshoppers: Proceedings of an international workshop held at Cotonou, Benin.* Oxford: CAB International, pp 181-190.

Mundree SG, Farrant JM (2000). Some physiological and molecular insights into the mechanisms of desiccation tolerance in the resurrection plant *Xerophyta viscasa* Baker. In Cherry et al. (eds) *Plant tolerance to abiotic stresses in Agriculture: Role of Genetic Engineering*, Kluwer Academic Publishers, Netherlands, pp 201-222.

Babalola OO (2002). Interactions between *Striga hermonthica* (Del.) Benth. and fluorescent rhizosphere bacteria Of *Zea mays*, L. and *Sorghum bicolor* L. Moench for *Striga* suicidal germination In *Vigna unguiculata* . PhD dissertation, University of Ibadan, Ibadan, Nigeria.

Short Communications

Short Communications are limited to a maximum of two figures and one table. They should present a complete study that is more limited in scope than is found in full-length papers. The items of manuscript preparation listed above apply to Short Communications with the following differences: (1) Abstracts are limited to 100 words; (2) instead of a separate Materials and Methods section, experimental procedures may be incorporated into Figure Legends and Table footnotes; (3) Results and Discussion should be combined into a single section.

Proofs and Reprints: Electronic proofs will be sent (e-mail attachment) to the corresponding author as a PDF file. Page proofs are considered to be the final version of the manuscript. With the exception of typographical or minor clerical errors, no changes will be made in the manuscript at the proof stage. Because IJDR will be published freely online, authors will have free electronic access to the full text (PDF) of the article. Authors can freely download the PDF file from which they can print unlimited copies of their articles.

Copyright: Submission of a manuscript implies: that the work described has not been published before (except in the form of an abstract or as part of a published lecture, or thesis); that it is not under consideration for publication elsewhere; that if and when the manuscript is accepted for publication, the authors agree to automatic transfer of the copyright to the publisher.

Proofs, Reprints and manuscript charges

Electronic proofs will be sent (e-mail attachment) to the corresponding author as a PDF file. Page proofs are considered to be the final version of the manuscript. With the exception of typographical or minor clerical errors, no changes will be made in the manuscript at the proof stage. Because IJDR will be published online, authors will have free electronic access

to the full text (PDF) of the article. Authors can freely download the PDF file from which they can print unlimited copies of their articles. There is no charge for the processing of paper but author(s) of each accepted paper is required to pay the publication charge which is very nominal fees. The fees depends upon the number of pages, number of authors, images etc. Before the accepted paper is published we will intimate the fees in the acceptance letter.

ANEXO C – Normas da Revista Research, Society and Development

Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/about/submissions>

RESEARCH, SOCIETY AND DEVELOPMENT

INÍCIO ATUAL ARQUIVOS SOBRE

Buscar BUSCAR

Registrar-se Login

INÍCIO / Submissões

Submissões

O cadastro no sistema e posterior acesso, por meio de login e senha, são obrigatórios para a submissão de trabalhos, bem como para acompanhar o processo editorial em curso. Acesso em uma conta existente ou Registrar uma nova conta.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

O arquivo em Microsoft Word enviado no momento da submissão não possui os nomes dos autores; A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores.

Custo de publicação (APC) | Para autores brasileiros a taxa de publicação é de R\$ 300,00 BRL (trezentos reais). Para demais autores, a taxa de publicação é de US\$ 100,00 USD (cem dólares americanos). A taxa de publicação é cobrada apenas para trabalhos aceitos. Não existe taxa de submissão.

Diretrizes para Autores

1) Estrutura do texto:

Título em português, inglês e espanhol.

Os autores do artigo (devem ser colocados nesta sequência: nome, ORCID, instituição, e-mail). OBS.: O número do ORCID é individual para cada autor, e ele é necessário para o registro no DOI, e em caso de erro, não é possível realizar o registro no DOI).

Resumo e Palavras-chave em português, inglês e espanhol (o resumo deve conter objetivo do artigo, metodologia, resultados e conclusão do estudo. Deve ter entre 150 a 250 palavras);

Corpo do texto (deve conter as seções: 1. Introdução, na qual haja contextualização, problema estudado e objetivo do artigo; 2. Metodologia utilizada no estudo, bem como autores de suporte a metodologia; 3. Resultados (ou alternativamente, 3. Resultados e Discussão,

renumerando os demais subitens); 4. Discussão e, 5. Considerações finais ou Conclusão);

Referências: (Autores, o artigo deve ter no mínimo 15 referências as mais atuais possíveis.

Tanto a citação no texto, quanto no item de Referências, utilizar o estilo de formatação da APA - American Psychological Association. As referências devem ser completas e atualizadas. Colocadas em ordem alfabética crescente, pelo sobrenome do primeiro autor da referência. Não devem ser numeradas. Devem ser colocadas em tamanho 12 e espaçamento

1,5, separadas uma das outras por um espaço em branco).

2) Layout:

Formato Word (.doc);

Escrito em espaço 1,5 cm, utilizando Times New Roman fonte 12, em formato A4 e as margens do texto deverão ser inferior, superior, direita e esquerda de 2,5 cm.;

Recuos são feitos na régua do editor de texto (não pela tecla TAB);

Os artigos científicos devem ter mais de 5 páginas.

3) Figuras:

O uso de imagens, tabelas e as ilustrações deve seguir o bom senso e, preferencialmente, a ética e axiologia da comunidade científica que discute os temas do manuscrito. Obs: o tamanho máximo do arquivo a ser submetido é de 10 MB (10 mega).

As figuras, tabelas, quadros etc. (devem ter sua chamada no texto antes de serem inseridas. Após a sua inserção, deve constar a fonte (de onde vem a figura ou tabela...) e um parágrafo de comentário no qual se diga o que o leitor deve observar de importante neste recurso. As figuras, tabelas e quadros... devem ser numeradas em ordem crescente. Os títulos das tabelas, figuras ou quadros devem ser colocados na parte superior e as fontes na parte inferior.

4) Autoria:

O arquivo em word enviado no momento da submissão NÃO deve ter os nomes dos autores. Todos os autores precisam ser incluídos apenas no sistema da revista e na versão final do artigo (após análise dos pareceristas da revista). Os autores devem ser registrados apenas nos metadados e na versão final do artigo em ordem de importância e contribuição na construção do texto. OBS.: Autores escrevam o nome dos autores com a grafia correta e sem abreviaturas no início e final artigo e também no sistema da revista.

O artigo deve ter no máximo 20 autores. Para casos excepcionais é necessário consulta prévia à Equipe da Revista.

5) Vídeos tutoriais:

Cadastro de novo usuário: <https://youtu.be/udVFytOmZ3M>

Passo a passo da submissão do artigo no sistema da revista: <https://youtu.be/OKGdHs7b2Tc>

6) Exemplo de referências em APA:

Artigo em periódico:

Gohn, M. G. & Hom, C. S. (2008). Abordagens Teóricas no Estudo dos Movimentos Sociais na América Latina. Caderno CRH, 21(54), 439-455.

Livro:

Ganga, G. M. D.; Soma, T. S. & Hoh, G. D. (2012). Trabalho de conclusão de curso (TCC) na engenharia de produção. São Paulo: Atlas.

Página da internet:

Amoroso, D. (2016). O que é Web 2.0? Recuperado de <http://www.tecmundo.com.br/web/183-o-que-e-web-2-0->

7) A revista publica artigos originais e inéditos que não estejam postulados simultaneamente em outras revistas ou órgãos editoriais.

8) Dúvidas: Quaisquer dúvidas envie um e-mail para rsd.articles@gmail.com ou dorlivete.rsd@gmail.com ou WhatsApp (55-11-98679-6000)

Declaração de Direito Autoral

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- 1) Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

- 2) Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

- 3) Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

ANEXO D – Comprovante de publicação do Artigo 2

Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/5549>

RESEARCH, SOCIETY AND DEVELOPMENT

[Register](#) [Login](#)

HOME CURRENT ARCHIVES ABOUT ▾
SEARCH

HOME / ARCHIVES / VOL. 9 NO. 8 / Human and Social Sciences

Victimization of police officers in the state of Pará (Brazil) in 2019

Jefferson Fernando Barbosa
 Universidade Federal do Pará
<https://orcid.org/0000-0002-0428-0703>

Andréa Bittencourt Pires Chaves
 Universidade Federal do Pará
<https://orcid.org/0000-0003-0247-9266>

Sílvia dos Santos de Almeida
 Universidade Federal do Pará
<https://orcid.org/0000-0002-4817-7804>

DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5549>

Keywords: Urban violence; Police deaths; Homicide; Police victimization.



PDF (PORTUGUÊS (BRASIL))

SCORE CITEFACTOR

1.78 (2020-21)

INFORMATION

[For Readers](#)

[For Authors](#)

[For Librarians](#)

LANGUAGE

[English](#)

[Español \(España\)](#)

[Português \(Brasil\)](#)

MAKE A SUBMISSION

ew/65 STRACT